floripa2030

Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região

floripa2030
2016/2008

Esta publicação reúne dois trabalhos produzidos em datas diferentes, mas com um objeto comum: a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região - Floripa2030.

A partir da página nove encontra-se a íntegra do documento original, lançado em 2008, após mais de seis meses de discussões com 148 participantes representando 84 entidades da Grande Florianópolis, com coordenação da FloripAmanhã. O resultado foi a primeira proposta de planejamento urbano construída colaborativamente para Florianópolis, um trabalho que tornou-se referência para pesquisadores, gestores públicos e investidores. Em 2010, o Projeto Floripa2030 foi vencedor do Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, categoria "Humanidade", uma promoção da Câmara Brasil-Alemanha.

Já na página três começa o texto produzido em 2016 com os olhares técnicos de Dora Orth, Ivo Sostizzo e Lorena Babot. Os três analisaram os "Avanços e Influências da Agenda Floripa2030 no Contexto de 2016".

A Associação FloripAmanhã sente-se gratificada em publicar estes dois trabalhos e assim contribuir mais uma vez para reforçar a importância da participação social no processo de gestão e planejamento urbano, ao mesmo tempo que busca registrar os resultados de um trabalho contínuo que começou em 2008 e vem norteando as ações da entidade desde então.

A análise da Agenda Floripa2030 no contexto de 2016 visa também provocar a sociedade com perguntas como "Por que não foram conseguidos mais resultados?"; "O que o governo deve fazer com urgência?". Deste modo, projetamos um olhar para o futuro em busca da construção do desenvolvimento sustentável em Florianópolis e sua região.

Dora Maria Orth
Arquiteta e Urbanista. Doutora em Gestão do Território, com experiência em questões urbanas. Aposentada do Departamento de Engenharia Civil / Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2012. Membro de RUITEM — *Red Universitaria Iberoamericana de Técnicas Municipales*, FloripAmanhã e Observatório da Mobilidade Urbana / UFSC.

Ivo Sostizzo
Geógrafo, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1978. Técnico do Ipuf dede sua criação em 1977 até 1995. Professor na UFSC de 1979 a 2005 no Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional. Diretor Presidente do Ipuf em 1985. Coordenador de vários Planos Diretores. Colaborador atual no Ipuf e FloripAmanhã.

Lorena Babot
Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidad Nacional de Lanús — Argentina. Professora no curso de mestrado em Desenvolvimento Sustentável na FLACAM (*Foro Latinoamericano de Ciencias Ambientales*) cátedra da UNESCO. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com participação nos planos diretores de Florianópolis, Santa Maria (RS), Santa Vitória do Palmar (RS) e em projetos urbanos como Sapiens Parque e Jurerê, ambos em Florianópolis.

Coordenação:
FLORIPAMANHÃ

Síntese do Relatório

floripa2030

Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região

Floripa Rumo a 2030: Avanços e Influências da Agenda no contexto de 2016

Florianópolis em 2008 estruturou um processo de trabalho para definir uma **agenda estratégica consensuada de ações** que situasse o Município no contexto metropolitano em 2030, garantindo um desenvolvimento sustentável econômico-produtivo, sociocultural diversificado e inclusivo, urbano-territorial multipolarizado/multicultural.

O trabalho culminou com a publicação do documento denominado "**Floripa2030 – Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região**" (disponível na íntegra a partir da página 9), onde foram registrados os objetivos, premissas, temas, condicionantes demográficos existentes e estimados, condicionantes naturais, método, cenários alternativos, avaliados e escolhido. O trabalho inclui também a proposta da agenda de 5 estratégias com suas respectivas políticas, programas, subprogramas e projetos especificados: 1) Florianópolis, sinônimo de qualidade: horizonte desejado que oriente todas as decisões e processos; 2) Cidade Multicultural e Polinuclearidade: rede de centralidades urbanas a fim de consolidar a integração territorial; 3) Pioneira em

Reserva da Biosfera Urbana (RBU): visão inovadora da relação dos serviços ambientais; 4) Demanda de maior mobilidade pública: interconectando o continente com a ilha e todas as centralidades dentro dessa; 5) Integração dos Municípios da Grande Florianópolis.

O método de trabalho foi caracterizado por um **processo participativo com fluxo de ideias ordenado em quatro oficinas** formais, segundo temas em matrizes de conflitos e potencialidades, integração de conflitos e potencialidades e síntese de conflitos e potencialidades.

Passados oito anos da primeira edição do documento "Floripa2030", as transformações na cidade e no país — que vive um momento político histórico — motivaram a FloripAmanhã a refletir sobre a pouca disposição dos partidos políticos e dirigentes públicos para administrar a cidade com a sociedade e sobre a importância das estratégias da Agenda 2030 para alcançar o desenvolvimento sustentável e um novo modelo de gestão pública.

Para provocar a sociedade e buscar maior engajamento de entidades e cidadãos com a construção social do planejamento e da gestão urbana, a Associação optou então por analisar os impactos que a Agenda 2030 proporcionou no contexto do planejamento e governança.

Assentada esta decisão de vasculhar os efeitos e desenrolar das proposições da Agenda 2030, convidou técnicos voluntários para proceder as análises e colher os efeitos desse processo de trabalho executado em 2008 e confrontados à conjuntura de 2016. As análises se debruçaram sobre outros movimentos sociais pautados pela vontade de planejamento, resultando em documentos e ações apresentadas adiante.

Planejamento urbano na história de Florianópolis

Aqui é preciso fazer uma parada da análise. Conhecer os movimentos do planejamento de Florianópolis é importante, mas conhecer o detalhe do caráter social atual desse movimento é fundamental.

Movimentos de planejamento podem ser destacados desde o tempo colonial com as Fortalezas, mais recentemente com os diversos planos: Plano Diretor de 1954, Plano de Integração Metropolitana de 1970, Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo do Aglomerado Urbano de Florianópolis de 1976, Plano Diretor dos Balneários de 1985 e Plano Diretor para o Distrito Sede de 1997. Todos formulados diretamente por iniciativas governamentais.

Até 1970 Florianópolis acomodou muito mais intencionalidades gestadas fora do âmbito social e governamental local, adotando políticas portuguesas na era colonial e estaduais na era republicana. Como unidade política governamental municipal, iniciou seus movimentos com a tentativa do Plano Diretor de 1954, reforçando-se no Plano Diretor de Integração Metropolitana de 1970.

A criação do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) deu caráter cotidiano ao planejamento, expressivo até 1995, mas cada vez mais precária ao longo dos anos subsequentes. Apesar dos governos Federal, Estadual e Municipal se organizarem para o exercício do processo de planejamento, notadamente URBANO no período 1970/1990, criou-se na sociedade empresarial a reação contrária ao planejamento, apontado como obstáculo limitador das iniciativas empresariais, sendo sugerida em 1994 a extinção do IPUF, politicamente atendida com o esvaziamento profissional do órgão.

Em 2001, o Congresso Federal reacende as expectativas de novo processo de planejamento participativo, de acordo com os parâmetros do Estatuto da Cidade. Florianópolis vivenciou até então experiências, ora positivas, ora negativas, mas sempre de âmbito governamental, permanecendo a sociedade alheia, distante e dispensada. Só a partir da obrigatoriedade da participação social, conferido pela Lei Federal do Estatuto da Cidade, aflorou em Florianópolis iniciativas que demonstram outro comportamento e prática de Planejamento Municipal. Ainda divorciadas dos cânones convencionais de burocracia, mais difuso que convergente nos encaminhamentos, temerário no método, mas rico nas abrangências dos temas, diversidade de saberes e experiências, simplesmente "movimentos sociais de interesse para o planejamento".

Participação Social

A partir dos anos 2000, os movimentos sociais passaram a ter um caráter social, isto é, cada vez mais e incisiva é a participação de atores sociais nos sonhos e realidade municipais em associação com os agentes governamentais. Esse movimento começa a se fazer sentir com as Conferências da Cidade, a elaboração do Projeto Piloto de Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano (RBU) Florianópolis e a Agenda Floripa2030. Fica provada a possibilidade de trabalhar conjuntamente sociedade e governo. Os Planos Diretores Participativos (PDP/versões 2010 e 2013), amparado na Lei Federal do Estatuto da Cidade, deram caráter legal.

Todos os movimentos de planejamento em Florianópolis passaram a ter carater social, com diferenças de objeto de planejamento: estratégias (Agenda Floripa2030); políticas de desenvolvimento urbano (PDPs); mobilidade (PLAMUS); plano de ação (ICES); orla (Ordenamento Náutico); habitação e saneamento.

Voltando à análise, a questão agora em 2016, passados oito anos do processo de discussões e formulações de estratégias para a Agenda Floripa2030, é constatar **quais avanços foram obtidos no desenvolvimento sustentável de Florianópolis na Região**.

Usando como referência as estratégias definidas no documento Floripa2030, publicado em 2008 e reimpresso nesse volume, fez-se análises de outros documentos, isto é, novas produções técnicas similares, assim como, ações governamentais relevantes para o desenvolvimento sustentável de Florianópolis.

Entre diversos documentos inventariados**, foram selecionados nove** para análise em relação as estratégias do documento Floripa2030. A seleção dos documentos teve como critérios: serem posteriores a 2008; serem de natureza técnica; terem sido elaborados por instituições, com participação social; terem conteúdo relacionado ao desenvolvimento de Florianópolis.

Os documentos selecionados são apresentados na Matriz de Resultados das análises de convergência entre as ideias/visões desses documentos **X** ideias/visões apresentadas na Agenda Floripa2030.

Matriz de resultados

Documentos Analisados	floripa2030
Plano Diretor Participativo de Florianópolis - 2010	81
Projeto Vita e Otium	49
Plano de Saneamento Básico Municipal / Florianópolis 2012	42
Plano de Habitação Social Municipal / Florianópolis - 2012	11
Estudos complementares de ordenamento náutico / 2012	26
Desafios de Florianópolis: subsídios para elaboração do Plano de Metas agosto 2012	39
Plano de mobilidade Plamus 2015	65
Plano de ação ICES 2015	67
Plano Diretor vigente 2014	46

Na Matriz de Resultados das análises, a pontuação elevada no primeiro documento – PDP de Florianópolis, versão 2010 – mostra que as ideias/visões contidas no PDP/2010 convergiam fortemente com as ideias/visões contidas na Agenda Estratégica do Floripa2030. Na escala de verificação, o PDP/2010 se aproxima dos 100 pontos, isto é, em 81% das proposições do Floripa2030 se fazem presentes no PDP/2010.

Os documentos que se seguem na matriz, com exceção do Plano de Habitação Social/2012, também apresentam convergências significativas com as idéias/visões do Floripa2030. Os valores menores na pontuação se devem ao foco menos amplo dos conteúdos tratados nesses documentos. Os documentos PLAMUS/2015 e Plano de Ações ICES/2015 se destacam em seus valores bastante expressivos, mostrando a forte convergência com as ideias/visões do Floripa2030. O último documento apresentado na matriz recebeu baixa pontuação. Muitas das ideias/visões do Floripa2030, que vinham sendo reforçadas em documentos posteriores, foram abandonadas no texto do Plano Diretor/2014. É certamente uma forte razão para a imposição judicial pelo Ministério Público da rediscussão do plano durante o ano corrente (2016), mas atendo-se à versão 2013, já esvaziada de proposições importantes da versão 2010.

Observa-se que todos os documentos analisados, contendo ideias, visões, formulações construídas coletivamente a partir de discussões com especialistas nos assuntos abordados, engrossaram o movimento social de ativos conhecedores da realidade local e potenciais agentes de mudanças dessas realidades. Acentua-se o caráter de movimento social porque em todos esses documentos estão expressos registros de evolução de ideias e visões, de **aprendizado na construção de consensos**, na indicação de alternativas de adequação à realidade existente e futura esperada, a exemplo do movimento pela formulação da Agenda Floripa2030.

A análise dos nove documentos selecionados (na tabela *Matriz de resultados*) aponta o grau de influência das formulações da Agenda Floripa2030 nos processos vistos nos respectivos documentos. Da mesma forma, é indiscutível a influência de propostas delineadas na Agenda Floripa2030 em ações governamentais executadas ou em execução. Entre os projetos propostos no Floripa2030 e que resultaram em ações, mesmo que parciais, faz-se destaque para os mais conhecidos, como exemplos dos resultados conseguidos.

Os projetos **Cidade Criativa, Cidade Unesco da Gastronomia, Marca Turística de Florianópolis, Floripa Pró-Turismo**, relacionados à Estratégia 1 - Florianópolis, sinônimo de qualidade, estão contribuindo no incremento do turismo durante o ano todo.

Os projetos **Centro Sapiens**, **Adote uma Praça, Sapiens Parque** são relacionados à Estratégia 2 - Cidade Multicultural e Polinuclearidade.

O projeto **Centro Sapiens** visa contribuir na política de refuncionalização do patrimônio histórico. Atualmente (meados de 2016) está em nível de projeto, com previsão de início da implantação em futuro próximo. Unindo o poder público e a iniciativa privada, tem como objetivo revitalizar a parte leste do Centro Histórico de Florianópolis a partir de investimentos em segmentos da economia criativa, começando pelo desenvolvimento de um polo gastronômico na área.

O projeto **Adote uma Praça** tem contribuído na política de qualificação de espaços públicos. Vem sendo implementado progressivamente: dos 208 mapeados, 100 espaços já foram adotados pela iniciativa privada para revitalização e manutenção.

O projeto **Sapiens Parque** se insere na política de centralidades. Localiza-se em Canasvieiras e começou com as primeiras operações em 2006. Tem sua implantação continuada progressivamente, com o objetivo de materializar uma nova centralidade no norte da Ilha de Santa Catarina.

Em relação à Estratégia 3 – Pioneira em Reserva da Biosfera Urbana (RBU), poucos projetos têm tido andamento, e mesmo assim, de forma ainda incipiente. Estes projetos, todos inseridos na política de gerenciamento costeiro, são: **Transporte Público Marítimo,** em fase de tramitação para implantação de rotas experimentais**; Estrutura Náutica,** alguns trapiches construídos e/ou melhorados – Canasvieiras, Beira-Mar Norte, Centro; **Marina da Baía Norte,** em fase de licitação para execução do projeto executivo.

Em relação às Estratégias 4 e 5 – Mobilidade Urbana e Gestão Integrada, constata-se ações do governo do E stado e do governo municipal.

Desde 2011, o Governo do Estado de Santa Catarina, em parceria com o governo federal e prefeitos da Grande Florianópolis, vem trabalhando em **projetos de melhoria da mobilidade urbana** na Região. Muitas propostas foram apresentadas - pontes, veículos leves sobre trilhos (VLT), barcaças, ferryboats e tunéis. Entre os projetos apresentados, os que estão sendo executados são: Via de Contorno do Núcleo Metropolitano de Florianópolis, Restauração da Ponte Hercílio Luz, Ampliação e Modernização do Aeroporto Hercílio Luz. São obras assumidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que tem sofrido várias interrupções e apresentado muitas dificuldades de andamento operacional.

Em vista das dificuldades e questionamentos das obras pontuais sem um plano de conjunto, o Governo do Estado e o BNDES assinaram em 2013 um acordo para realizar pesquisa de mobilidade urbana (origem e destino, infraestrutura, alternativas) e proposta de um Plano Diretor Integrado de Transportes da Região da Grande Florianópolis, que vem a ser o PLAMUS, concluído em 2015.

O **PLAMUS** é um estudo técnico que resultou em um plano. O estudo técnico produziu um vasto conjunto de dados e informações sobre 13 municípios da região de Florianópolis, complementado por estudos, análises e avaliações de alternativas. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis - PLAMUS compõem-se de recomendações em relação à:

- orientação do modelo de crescimento urbano e metropolitano, muito próximo à Agenda 2030;
- estruturação do sistema integrado de transporte coletivo metropolitano;
- priorização dos modos não motorizados;
- atuação na gestão da demanda;
- reestruturação do transporte de mercadorias;
- adequação da capacidade viária e da gestão de tráfego;
- organização institucional para gestão e execução de mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

Paralelo à elaboração do PLAMUS, associada à demanda existente por ações visando a integração metropolitana, foi criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina a Região Metropolitana e a Superintendência de Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis – **SUDERF**. Complementar à SUDERF, foi criado em 2015 o Conselho de Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis - CODERF. Estas ações deram início ao processo efetivo de integração metropolitana, com avanços na questão da governança e na implantação das recomendações do PLAMUS em Florianópolis e cidades vizinhas.

As ações encaminhadas pelo governo municipal são mais relacionadas à Estratégia 4 – Mobilidade Urbana: criação da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (**SMMU**) da Prefeitura de Florianópolis; obras pontuais de melhoria da infraestrutura viária – elevados e duplicações de vias; sistema integrado de semáforos (ITS); obra do anel viário central, como fase inicial do corredor exclusivo para ônibus do tipo BRT (Bus Rapid Transit), seguindo as orientações definidas no PLAMUS.

Apresentada a síntese da análise da importância, desdobramentos e impactos das propostas e formulações do Floripa2030 no contexto histórico de Florianópolis até 2016, cabe agora perguntar **porque certos projetos muito esperados não saíram do papel?** Na tentativa de achar respostas, são apresentadas novas questões, desenvolvidas a seguir.

Quais projetos não saíram do papel?

Em paralelo aos projetos que estão "andando" de alguma forma, outros projetos não "saíram do papel": qualificação da gestão pública; habitação social coletiva ligada à centralidade; qualificação dos aterros; e institucionalização da Reserva da Biosfera Urbana (RBU).

A **qualificação da gestão pública** proposta no Floripa2030 envolve programas e projetos em várias estratégias, entre os quais se faz destaque a: interface entre organismos públicos, revitalização dos Conselhos Municipais, observatórios comunitários, base pública de dados / sistemas de informação e laboratórios de pesquisa.

Em 2011, o Fórum Criatividade e Imagem da Cidade, de iniciativa de instituições privadas, elegeu como bandeira de trabalho reestruturar e fortalecer o IPUF a partir de uma visão regional. Até agora, reduzido à contratação de 12 técnicos.

A **habitação social coletiva ligada à centralidade** ainda não foi assumida pelo governo municipal e nem é objeto de reinvindicações da sociedade organizada. A questão é tratada apenas sob o prisma de reconhecimento das áreas existentes ou ações em áreas de ocupação irregular.

A **qualificação dos aterros** – Baía Norte, Baía Sul, Saco dos Limões – não tem tido avanços significativos na esfera administrativa municipal, em parte pela incapacidade de dar andamento aos diversos planos setoriais previstos, entre os quais o Projeto Orla de Florianópolis.

O Projeto Orla, de iniciativa do governo federal, implementado de forma experimental desde 2001, tem como objetivo fazer a gestão integrada da orla de forma compartilhada entre os diferentes entes governamentais e a sociedade civil. Florianópolis se inscreveu no Programa Nacional de Meio Ambiente II (PNMAII) para desenvolver o projeto local, mas interrompeu o processo.

A **institucionalização da Reserva da Biosfera Urbana** (RBU) foi abandonada por um processo político contrário e associado à baixa compreensão do projeto pela sociedade local. Há intenções de resgate da ideia com um foco metropolitano, por ser um projeto de relevância técnica na gestão e política ambiental na inscrição de Florianópolis no mapa de projetos pilotos da UNESCO.

O que foi conseguido como resultado até agora é muito, satisfatório ou pouco?

É **muito em termos de propostas de alternativas,** é satisfatório em termos de conhecimento adquirido **pelos atores locais**, é pouco em termos **de ações concretizadas X esforço despreendido**. Tem-se ainda muito a aprender para realmente mudar práticas e crenças reativas que fazem parte da cultura local.

Tem-se ainda muita dificuldade em aceitar que os líderes do poder público não são os donos da cidade, apenas os "síndicos" que devem garantir o melhor possível para todos os cidadãos; que as mudanças são inevitáveis e sempre trazem consigo ônus e bônus que devem ser divididos justamente entre todos os cidadãos; que os postos de trabalho devem vir acompanhados de locais de moradia para as diversas classes de empregados; que pensar/planejar antes de intervir é indispensável para obter bons resultados; que a transparência e informação são indispensáveis para manter a parceria produtiva entre sociedade e seus gestores.

Por que não foram conseguidos mais resultados?

Não foram conseguidos mais resultados por duas razões principais: a incapacidade do poder público; e a falta de informação e comunicação entre os diferentes atores – públicos, privados e cidadãos.

Florianópolis vivenciou experiências radicais de planejamento. Ficam evidentes dois momentos distintos na prática do planejamento em Florianópolis: governamental, burocrático e orçamentário dos anos 1970 à 1995, com reduzido acompanhamento social a partir de 2005, com embaraços governamentais, sem coesão orçamentária, sem gestão burocrática e forte avanço coletivo de indicações de rumos e políticas.

Exatamente no período pós 2000, o governo municipal não conseguiu mais dar conta dos reclames de necessidades e conveniências de planejamento em Florianópolis. Descompassados os dois períodos, mas oportuno o momento atual.

Hoje temos planejamento suficiente e gestão precária. Há posicionamentos, indicações, proposições com consensos coletivos e incapacidade profissional de dar visibilidade técnica, institucional e financeira ao processo instalado.

Hoje tem-se um projeto piloto para instalação de um laboratório de experiências de convivência ambiental da paisagem natural e urbana com a perspectiva de olhares internacionais - Projeto Piloto da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano (RBU), aceito pela UNESCO - sem o mínimo de envolvimento do próprio órgão de planejamento proponente.

Dispõem-se de um grande movimento de 10 anos de discussões e definições de estratégias com suas políticas, programas e projetos alicerçados em um modelo de desenvolvimento territorial, registrado no Plano Diretor Participativo (PDP/versão 2010), sem iniciativas de dar consequência ao próprio sistema de gestão aprovado.

Há o Plano de Ações (ICES), apoiado conceitualmente na Agenda Estratégica Floripa2030 e PDP/2010 sem envolvimento governamental ou opção política de priorização de ações.

Tem-se os Planos Setoriais de Habitação Social e de Saneamento Básico sem compatibilização orçamentária ou gerencial dos seus objetivos e metas.

O PlanMOB municipal, apesar da existência e densidade do PLAMUS Metropolitano, continua sendo um movimento fraco de indução de práticas intervencionistas passíveis de impacto funcional. Tudo confirma o fraco poder governamental de gestão, acrescido agora do quadro de crise política e institucional federal com desdobramentos inevitáveis locais.

Na questão do uso do mar e da orla, continuamos limitados aos setores de pesca e produção aquícola. Somos ainda incapazes de licenciar projetos de marinas, atracadouros, garagens náuticas, etc, sob o contraditório de se entender o que é devido ou possível fazer na orla marítima e terrestre.

A análise da Agenda Floripa2030 no contexto de 2016 fez constatar que o poder público continua não conseguindo a agilidade e eficiência necessárias para atender as demandas crescentes do próprio processo social do planejamento. A organização administrativa, assim como o sistema de funcionamento, os instrumentos técnicos e legais, não são adequados, suficientes e eficientes para as necessidades atuais. Tem-se uma estrutura arcaica de gestão, com pouco uso de tecnologias e foco em ações de "remediação" de problemas.

O que o governo deve fazer com urgência?

Há necessidade de rever-se a forma de trabalho nas diversas instituições que compõem a Prefeitura Municipal de Florianópolis, implantando um novo modelo de gestão pública mais ágil e eficiente, que consiga dar atendimento a todas as demandas de forma satisfatória. Um município como Florianópolis, com os diversos papéis que lhe cabem – capital de estado, centro metropolitano, polo turístico e de serviços especializados e com o ritmo de crescimento e modernização apresentado, necessita de uma estrutura pública bem melhor do que a existente. Ações propostas:

- Modernizar a estrutura administrativa e o modelo de gestão, buscando agilidade e eficiência, com ações integradas, acordadas com a sociedade e aprovadas na forma de planos, programas e projetos;
- Adotar o planejamento como base da gestão e metas para o seu desempenho;
- Sincronizar as linhas gerais dos diversos planos técnicos (PLAMUS, Plano Diretor Urbano, planos setoriais) para que as ações decorrentes somem em termos de resultados;
- Alinhar as propostas dos planos técnicos com o plano de governo/ação, condição mínima de respeito e alcance social;
- Detalhar e divulgar o plano de governo/ação, atrelado a um sistema de gestão executiva e participação social.

Os bons resultados vão depender do pacto coletivo para seguir as orientações estabelecidas. Estas orientações devem formar um conjunto coerente e devem ser implementadas de forma progressiva e incansável por todos os agentes. O processo de gestão deve incluir o monitoramento dos resultados para as adequações necessárias, sempre obedecendo princípios e diretrizes pré-estabelecidos.

O que a sociedade pode ajudar?

A sociedade organizada tem uma participação ativa crescente que deve continuar, contribuindo na gestão urbana com a construção de propostas, acompanhamento das ações e promoção de discussões para a formação de cidadãos participativos e conhecedores da vida pública.

Associações e entidades como FloripAmanhã, COMDES (Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis), FORTUR (criado em 2014), entre outros, devem continuar sua parceria com o poder público fortalecendo a governança local.

Como contribuição para o avanço no processo de gestão pública, propõem-se três ações que pela sua natureza, deveriam ser lideradas pela sociedade organizada:

1. Avaliar a aplicação da Lei da Transparência pela gestão pública dos municípios da Grande Florianópolis, com o objetivo de melhorar progressivamente a disponibilidade de informações para uma participação social mais efetiva na gestão pública;
2. Diagnosticar a estrutura administrativa existente e o modelo de gestão praticado nos órgãos principais das prefeituras dos municípios da Grande Florianópolis, com o objetivo de tornar a gestão pública mais ágil e eficiente;
3. Promover a parceria entre as universidades locais e as prefeituras para a implantação de um programa de formação continuada de gestores públicos em técnicas municipais; com o objetivo de tornar a gestão pública mais capaz a atender as crescentes demandas dos tempos atuais e futuros.

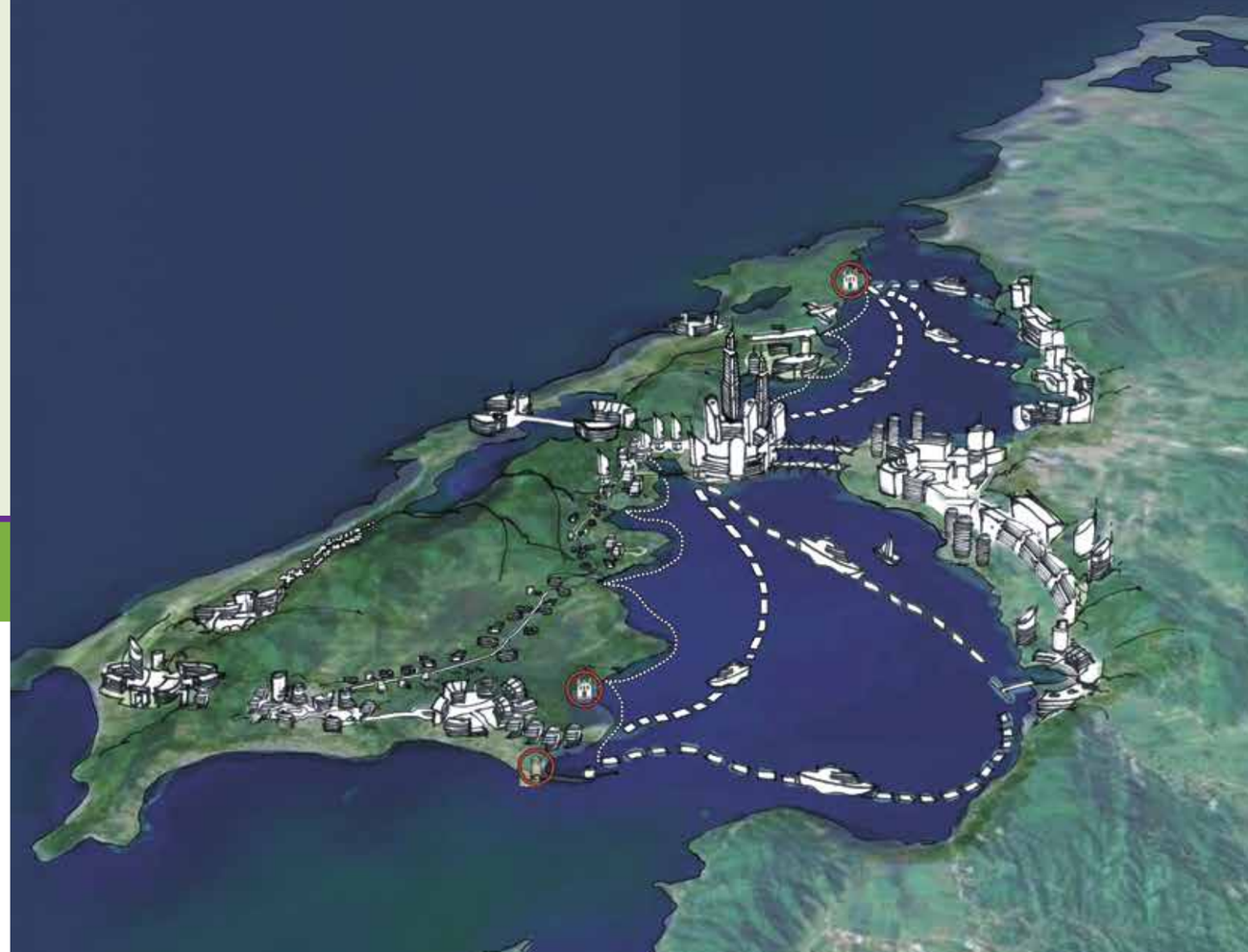
Conclusão

O documento Floripa2030 – Agenda Estratégica é um marco do movimento social iniciado nos anos 2000, que busca planejar a cidade para diminuir os conflitos urbanos e construir um desenvolvimento sustentável, integrado em sua região metropolitana. A sociedade organizada está conseguindo romper as barreiras entre poder público e cidadãos, mas é possível avançar nesse sentido.

A análise de avanços e influências da Agenda Floripa2030 no contexto de 2016 fez constatar que é preciso **avançar fortemente no processo de gestão pública com participação social**, pois é este o principal entrave na construção do desenvolvimento sustentável em Florianópolis e sua região.

floripa2030

AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE FLORIANÓPOLIS NA REGIÃO



Coordenação Geral:

Condução Metodológica:

Grupo Gestor das Estratégias:

Apoio:

Entidades da iniciativa privada que apoiaram o Projeto Floripa 2030:

Becocastelo Construções e Incorporações de Imóveis Ltda
Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis - CDL
Casas da Água Materiais para Construção Ltda
Costão do Santinho Turismo de Lazer LTDA
DVA Automóveis LTDA
Empreendimentos Imobiliários ZITA Ltda
Jurerê Internacional - Habitasul Empreendimentos Imobiliários LTDA
Koerich Gente Nossa - Eugênio Raulino Koerich S.A. Comércio e Indústria
Lumak Participações Societárias Ltda
Luminar Comércio e Indústria Ltda
RCD Empreendimentos S.A.
Sindicato da Indústria da Pesca de Florianópolis
Sistema SINDUSCON Grande Florianópolis – Sindicato da Industria da Construção Civil da Grande Florianópolis
Solução Empreendimentos LTDA
Sul Catarinense Mineração, Artefato de Cimento, Britagem e Construção Ltda
Supermercados Imperatriz Ltda
TV O Estado de Florianópolis LTDA - RIC RECORD
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

2ª Edição

Apoio:

Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável

AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE FLORIANÓPOLIS NA REGIÃO

Prefigurar o futuro desejado é fazer-se responsável pelo presente como etapa de construção deste futuro.
Distinguir o essencial do dispensável é definir estratégias para alcançar o destino desejado.
Elaborar participativamente essas estratégias é envolver a muitos para melhorar e legitimar essa perspectiva de vida e território.
Floripa2030 é o início de um caminho seguramente fecundo para instalar as estratégias já configuradas no contexto mais amplo dos atores sociais de Florianópolis e começar a busca por maiores consensos no marco generoso e integrado dos municípios da região.

OS AUTORES DO PROCESSO

Floripa2030 é um processo de construção de estratégias de desenvolvimento econômico, sociocultural e urbano-territorial, articuladas entre si e orientadoras do desenvolvimento sustentável de Florianópolis e sua região.
Floripa2030 é uma iniciativa de múltiplos setores da sociedade civil apoiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os participantes do processo se organizaram em três grupos:

- Grupo Gestor das Estratégias
- Grupo de Trabalho Ampliado
- Equipe Técnica e Coordenação

Os alcances e resultados foram desenvolvidos conjuntamente pela Equipe Técnica da CEPA e o Grupo Gestor das Estratégias com a participação do Grupo de Trabalho Ampliado.

Associação FloripAmanhã:

Anita Pires
Elizenia Prado Becker
Paulo Roberto Rocha
Márcia Regina Teschner
Fernando Marcondes de Mattos
Alaor Tissot
Hamilton Peluso
Otávio Ferrari Filho
Rogério Mosimann
Ricardo Macuco Alves
Laudelino José Sardá
Antônio de Pádua Barbosa Pinto
Pollyana Barbosa Carmo
Janice Guitel
Acari Amorim

Fundação CEPA Brasil:

Rubén Pesci
Jorge Pérez
Lorena Babot
Pedro Pesci
Alina Gonçalves Santiago
Carlos Rosas Arraiano
Rafael Pasos
Santiago Castellanos
María Pesci
Julieta Baum
Pablo Rossi

Grupo Gestor das Estratégias

O Grupo Gestor das Estratégias foi coordenado pela Associação FloripAmanhã e constituído pelas seguintes instituições:

Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura – AsBEA/SC – Ronaldo Matos Martins
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/SC – Érico Porto Filho
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC – Carlos Bogoni
Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC – Adriana Dias
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI – Francisco Eduardo Gonçalves Silveira
Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SC – Silvia Ribeiro Lenzi
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF – Ivo Sostizzo
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF – Amilton Vergara de Souza
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis - SDR Grande Florianópolis – Reney Dorow
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC – Érico Porto Filho
Universidade do Sul de Santa Catarina/ UNISUL – Laudelino José Sardá

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

O Grupo de Trabalho Ampliado, com um total de 148 pessoas, representando 84 entidades formado por representações das instituições da região e de segmentos sociais, especialmente convidadas para comporem a grande equipe de formulação das propostas.

Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais
Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura – AsBEA/SC
Associação das Pousadas de Florianópolis / POUSAR
Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS
Associação FloripAmanhã
Becocastelo Construções e Incorporações de Imóveis Ltda
BIOSPHERA Empreendimentos Ambientais
Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis - CDL
Câmara Municipal de Florianópolis
Casas da Água Materiais para Construção Ltda
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET/SC
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/SC
Comite para Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC
Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP
Conselho Comunitario Jardim Cidade Universitaria Florianopolis SC / CONJARDIM
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC
Cooperativa Aqüícola da Ilha de Santa Catarina - Cooperilha
Costão do Santinho Turismo de Lazer LTDA
CostãoVille Empreendimentos Imobiliários
Departamento de Transportes e Terminais - DETER
Departamento Estadual de Trânsito e Segurança Viária - DETRAN
DVA Automóveis LTDA
Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Empreendimentos Imobiliários ZITA Ltda
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – Epagri/SC
Empresa Sulbrasileira de Serviços de Engenharia Ltda - ESSE
Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC
Florianópolis GOLF CLUB
Fundação Casan - FUCAS
Fundação Catarinense de Cultura - FCC
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI
Fundação CEPA
Fundação da Educação da UDESC – FAED/UDESC
Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC
Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC
Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM
Gerência Regional do Patrimônio da União de Santa Catarina - GRPU/SC
Instituto Ambiental ECOSUL
Instituto Ambiental Ratones / IAR
Instituto Comunitário Grande Florianópolis / Icom
Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento Santa Catarina– IAB/SC
Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina / IDESC
Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis / IGEOF
Instituto de Geração de Tecnologias do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina - IGETECON/UFSC
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC
11ª Superintendência Regional - Santa Catarina
Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia - IMMA
Habitasul Empreendimentos Imobiliários LTDA - Jurerê Internacional
Eugênio Raulino Koerich S.A. Comércio e Indústria - Koerich Gente Nossa
Luminar
MR Global Participações e Empreendimentos LTDA
NGM Consultoria
Núcleo Distrital de Ingleses para o Plano Diretor Participativo
Núcleo Distrital de Ratones para o Plano Diretor Participativo
Núcleo Distrital de Santinho para o Plano Diretor Participativo
Núcleo Distrital de Santo Antônio para o Plano Diretor Participativo
Núcleo Distrital do Campeche para o Plano Diretor Participativo
Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina - OAB/SC
RCD Empreendimentos S.A.
Santa Catarina Turismo S.A. - Santur
Sapiens Parque S.A.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis - SDR Grande Florianopolis
Secretaria de Estado do Planejamento - SPG
Secretaria Municipal de Educação - SED
Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental - SMHSA
Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN
Secretaria Municipal de Turismo - SETUR
Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Sebrae - SC
Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis - SINDUSCON
Sindicato da Indústria da Pesca de Florianópolis
Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis - SHRBS de Florianópolis
Solução Empreendimentos LTDA
Sub-Núcleo Distrital de Coqueiros para o Plano Diretor Participativo
Sul Catarinense Mineração, Artefato de Cimento, Britagem e Construção Ltda
Supermercados Imperatriz Ltda
TV O Estado de Florianópolis LTDA - RIC RECORD
União Florianopolitana de Entidades Comunitarias - UFECO
Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

NOME	EMPRESA/ ENTIDADE
Adenau Dilmar Franke	FAPESC
Adnir Ramos	IMMA
Adriana Baldissarelli	COMCAP
Adriana Dias	FAPESC
Afonso dos Santos	CDL Florianópolis
Alesio dos Passos	Núcleo Distrital Lagoa
Alina Gonçalves Santiago	CEPA/UFSC
Amilton Vergara	IPUF
Anderson Giovani	ICOM
André Schmitt	AsBEA - Desenho Alternativo
Andrea Druck Souto	Jurerê Internacional
Anilso Cavalli	DETER
Anita Pires	FCC
Antônio de Pádua Barbosa Pinto	FloripAmanhã
Antonio José Silva Filho	CMF
Antônio Paulo Póvoas Dias	CDI
Artemio Paludo	Fpolis GOLF CLUB
Beatriz K. Cardoso	Coqueiros
Betina Adams	IPUF
Brenda T. P. do Matos	IPUF
Candido Bordeaux Rego Neto	IPUF
Carlos A. Kostin	Eletrosul
Carlos Alberto Schneider	Fundação CERTI
Carlos Bogoni	CODESC
Carlos Leite	Habitasul
Carlos R. Medeiros	IPUF
Cesar Floriano	UFSC-ARQ
Claiton Michels	DETRAN
Claudio R. Floriani	CASAN
Claudir A. de Medeiros	IGEOF-PMF
Cleide Cabral Locks	IPUF
Conrado Costa	Fiesc
Cristina Mª da S. Piazza	UNISUL
Daniel Montagner	ESSE Engenharia
Darley Voltolini	AsBEA
Diogo Alencastro	FUCAS
Edson Lemos	IGEOF-PMF

NOME	EMPRESA/ ENTIDADE
Eliana Bittencourt	DETER
Elizenia Becker	FloripAmanhã
Elson B. Passos	SMHSA/PMF
Emerilson Gil Emerim	Ambiens
Emílio Kleber	Cooperilha
Enio G. Martins	IPUF
Eralton J. Viviani	
Erico Porto Filho	CERBMA-SC/UFSC
Eugenio Lacerda	FCC
Evaudro de Andrade	UFSC
Fábio De La Corte	Ambiens
Felipe Marcondes de Mattos	COSTÃOVILLE
Fernando Marcondes de Mattos	Costão do Santinho
Flávia Maria Torrezani	IPUF
Flavia V. G. Orofino	COMCAP
Flavio De Mori	Núcleo Distrital Ratones
Francisco Eduardo G. Silveira	CERTI
Francisco Pereira	SEPLAN PMF
Francisco T. G. Peña	UDESC/ESAG
Gerson Zippatti Junior	OAB/SC
Gilberto dos Passos Aguiar	CELESC
Hamilton Peluso	FloripAmanhã
Harrysson I. Silva	UFSC/IGETECON
Hélio Bairros	SINDUSCON - Fpolis
Hélio Carvalho Filho	Conjardim
Ieda Maria Cândido	PMF-IGEOF
Ildo R. da Rosa	IPUF
Ivo Sostizzo	IPUF
Jair Batista Ramos	UFECO
Jalila El Achkan	ECOSUL
Janice Guitel	FloripAmanhã
Janice Tuelli	Núcleo Distrito Campeche
Jarbas J. Prudêncio Jr.	FLORAM
Jeanine Tavares	IPUF
João Batista Santos da Silva	CCI/CCS/APP
Joel Fernandes	SEBRAE-SC
Jorge Elias Dolzan	Designer/UDESC

NOME	EMPRESA/ ENTIDADE
Jorge H. Perez	CEPA
Jorge Raineski	IAB/SC
José Eduardo Fiates	SAPIENS PARQUE
José Rodrigues da Rocha	IPUF
Josiane B. Caldas	IPUF
Julcimir Soares	CASAN
Karla Celina Ghisi da Luz	CASAN
Kemel Tavares	
Laerte A. De Andrade Filho	Zita
Leandro Bertoli Neto	SANTUR
Lilian Mendonça	AsBEA
Lorena Babot	CEPA
Lourival José Martins Filho	Presidente CM
Lucia Dellagnelo	ICOM
Luciane Boeno	Habitasul
Luiz Carlos Mior	Epagri
Luiz Gonzaga de Souza Fonseca	POUSAR
Márcia Regina Teschner	FloripAmanhã
Marco Antônio h. P. de Almeida	GRPU/SC
Marco Avila Ramos	IPUF
Margarita Barretto	UFSC
Maria Angelica Marques	Fundação CERTI
Marina Cañas Martins	IPHAN - 11ª SR
Marinez Scherer	IAR
Nazareno Magalhães	NGM Consultoria
Norberto Schaefer	BIOSPHERA Emp. Amb.
Olavo Kucker	SINDUSCON - Fpolis
Orlando Koerich Neto	Zita
Otávio Ferrari Filho	FloripAmanhã
Paulo Henrique Spinelli	Núcleo Distrital Ingleses
Paulo M. dos Santos	SEPLAN
Paulo R. Rocha	FloripAmanhã
Paulo Zoldan	Epagri
Pedro Pesci	CEPA
Pollyana Barbosa Carmo	FloripAmanhã
Rafael Fornari Carneiro	CREA
Raul V. Silva	Feesc

NOME	EMPRESA/ ENTIDADE
Raul Zucatto	CREA
Rejane Lobato	IPUF
Renato Dutra	SEPLAN
Reney Dorow	SDR Gde Fpolis
Ricardo Macuco	FloripAmanhã
Rita de Cássia Rodrigues	Cooperilha
Roberto de B. Ramos	OAB/SC
Robison Alves	Núcleo Distrital Santo Antônio de Lisboa
Rodolfo Philippi	UFSC/DETER
Rodrigo Bitencout	CDL Florianópolis
Rogério Mossimann	FloripAmanhã
Ronaldo Matos Martins	AsBEA
Rosana Montagner Cervo	ESSE/IAB
Rubén Pesci	Fundación CEPA
Rubens José Martins de Abreu Filho	SETUR-PMF
Salete Pereira	Habitasul
Sarah Loureiro Penido	SPG
Silvia Maia	GRANFPOLIS
Silvia Ribeiro Lenzi	IAB/SC
Silvio Hickel do Prado	Unisul
Sônia Giovannetti Fonseca	IDESC
Sueli A. de Andrade	SME/PMF
Suzane Albers Araujo	IPUF
Tania Nadir da Luz	IPUF
Tânia Regina Santiago Costa	SPG
Tarcísio Schmitt	SHRBS
Tatiana Druck	Habitasul
Tatiane Simm	UDESC/ESAG
Tiago Just Milanez	LABTRANS/UFSC/DETER
Ulisses Munarim	IPHAN
Valdir R. Walendowsky	SANTUR
Valesca Marques	GRANFPOLIS
Vera L. Concer Prochnow	SEBRAE-SC
Vera Lucia G. Silva	IPUF
Vilmar Coelho	CEFET SC
Vinícius F. Ambrozio	Solução
Zenório Piana	FAPESC

ÍNDICE

OS AUTORES DO PROCESSO 12

INTRODUÇÃO 17

OBJETIVOS E PREMISSAS 18

ALCANCE DOS DEBATES 20

QUANTOS SEREMOS NO FUTURO? 22

A METODOLOGIA PARTICIPATIVA 24

SÍNTESE DO FLUXO DAS IDEIAS 26

Passo 1 *- Conflitos e potencialidades*

Passo 2 *- Integração de conflitos e potencialidades*

Passo 3 *- Síntese de conflitos e potencialidades*

Passo 4 *- Os cenários avaliados*

O CENÁRIO DESEJADO 38

AGENDA ESTRATÉGICA: 42
A necessidade de pactuar um futuro

Estratégia 1 44
Florianópolis, sinônimo de qualidade

Estratégia 2 48
Cidade multicultural e polinuclearidade

Estratégia 3 56
Pioneira em Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano

Estratégia 4 62
Demanda de maior mobilidade pública

Estratégia 5 64
Integração dos Municípios da Grande Florianópolis

O QUE FAZER AGORA? 66

Floripa2030 é um processo de construção de estratégias de desenvolvimento econômico, sociocultural e urbano-territorial, articuladas entre si e orientadoras do desenvolvimento sustentável de Florianópolis e sua região.

Floripa2030 é uma iniciativa de múltiplos setores da sociedade civil apoiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Surgiu da necessidade estratégica de segmentos da sociedade, entre eles o acadêmico, o público e o empresarial, de visualizar cenários estratégicos para Florianópolis na Região em 2030 de maneira a considerar as grandes demandas populacionais, sociais, econômicas, ambientais, em síntese de desenvolvimento sustentável, compatíveis com a melhoria da qualidade de vida e dos limites de sua capacidade.

Para tanto, se reuniu entre junho e setembro de 2008 um número destacado de instituições públicas e privadas, com o objetivo de produzir o presente documento denominado FLORIANÓPOLIS 2030, ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, que define aquelas estratégias e suas formas de atuação e implementação.

Florianópolis e sua região urbana formam uma das áreas urbanas de maior crescimento no Brasil e com grande potencial para um desenvolvimento mais moderno e equilibrado.

Precisa com urgência de uma agenda estratégica para orientar as políticas públicas e privadas capazes de alcançar estas melhorias.

Floripa2030, formulada participativamente e pactuada com todas as forças políticas locais, propõe a assumir o papel dessa agenda norteadora e colocar em andamento o processo de gestão para a sua aplicação em curto, médio e longo prazo.

OBJETIVOS E PREMISSAS

OBJETIVOS

O objetivo do processo foi a elaboração de estratégias consensuadas de desenvolvimento sustentável econômico-produtivo, sociocultural e urbano-territorial para Florianópolis na Região em 2030, como proposta conceitual que facilite e articule as iniciativas de desenvolvimento públicas e privadas, garantindo níveis de sustentabilidade socioeconômica-ambiental, aplicando o modelo de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano como um dos critérios básicos de desenvolvimento e incorporando, também, instrumentos de gestão da política urbana.

O cenário proposto descreve um futuro possível com a explicitação de ações orientadoras não só de ordem física, mas também de desenvolvimento social e econômico.

PREMISSAS

Todo o processo esteve guiado por premissas de sustentabilidade. Estas são:

- Integração criativa do Município com a Região.
- Oportunidades econômicas descentralizadas e diversificadas e inovações tecnológicas.
- Inclusão social, étnica e entre gerações trabalhando sobre as instâncias de comunicação social, a diversidade cultural, os sistemas de informação e tomada de decisões sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano.
- Regulação dos fluxos para a economia e saúde urbana.
- Produção acordada da Cidade, mediante o desenho dos mecanismos de gestão.
- Integração urbano - rural - natural para a preservação das grandes interfaces naturais, e a conservação do solo produtivo.
- Multipolaridade garantindo uma densidade populacional de acordo com a oferta de solo urbanizado, a complementaridade de usos, uma distribuição homogênea e econômica de serviços e a capacidade de carga.
- Conservação da paisagem.

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

O processo focou seu olhar no Município de Florianópolis e sua relação com a região: Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Biguaçu e Governador Celso Ramos.

ALCANCE DOS DEBATES

Os encontros participativos abordaram os seguintes temas:

- Orientações sobre desenvolvimento social e econômico (turismo, indústria, conhecimento, produção rural, pesca e serviços, etc.).

- Descentralização territorial e diversificação das oportunidades econômicas.

- Orientações sobre as inovações tecnológicas sustentáveis.

- Identificação de modalidades de desenvolvimento de atividades náuticas e portuárias compatíveis com as demais atividades marinhas.

- Modalidades de atuação para o desenvolvimento turístico sustentável e a quebra de sazonalidade da demanda.

- Avaliação do estado e mecanismos de conservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial.

- Avaliação do horizonte de crescimento populacional e suas atividades.

- Produção acordada da cidade, mediante o desenho dos mecanismos de gestão e dos sistemas de informação, monitoramento e tomada de decisões sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano.

- Caracterização das estratégias para o sistema de mobilidade (transporte público e privado).

- Orientações sobre alternativas para a solução dos problemas habitacionais dos setores de menores recursos.

- Orientações para a complementação das redes de saneamento e previsão de água potável, assim como o tratamento de resíduos sólidos e líquidos e energia.

© SHDMDRAES

© SHDMDRAES

QUANTOS SEREMOS NO FUTURO?

Baseados em informação do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a série de censos demográficos existentes mostra que a população de Florianópolis vem experimentando sucessivos incrementos, tendo crescido 3,5 vezes nos últimos 40 anos. Uma análise mais detalhada desses dados demonstra uma urbanização acelerada, tanto em Florianópolis como em sua Região Metropolitana, decorrentes do declínio do setor primário, do êxodo rural e da atração exercida pela costa catarinense. Florianópolis já aparece, no início do período de análise (1960), como um município eminentemente urbano (79,3%).

O pico de crescimento populacional em Florianópolis na década de 1980 (3,47% a.a.) é causado por uma expansão acelerada da população urbana (4,48% a.a.) semelhante a da década de 1960 (4,55% a.a.). Como na década anterior houve um crescimento acelerado nas zonas rurais do município (4,19% a.a.) causada pela expansão balneária, as altas taxas negativas da população rural nas duas décadas seguintes podem estar refletindo apenas a incorporação dessas áreas balneárias ao perímetro urbano, ampliando a urbanização a 97% do território no ano 2000.

Analisando todos os períodos, as curvas de crescimento populacional apresentam uma semelhança entre o Estado e a Região Metropolitana de Florianópolis, enquanto o Município de Florianópolis, por suas particularidades já comentadas, fica bem diferenciado. Por esse motivo, o IPUF encomendou um estudo da dinâmica demográfica e da projeção da população do Município até o ano 2050 (CAMPANÁRIO, Paulo, "Florianópolis: Dinâmica Demográfica e Projeção da População por Sexo, Grupos Etários, Distritos e Bairros (1950-2050)", Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF, 2007).

Florianópolis enquadra-se na descrição de "atrator" ou atraente de migratório típico, porém apresenta a peculiaridade de atrair não apenas migrantes rurais pobres e não qualificados, mas também migrantes de classes média e alta, culta e oriunda dos grandes centros urbanos do país.

Seja pelo decréscimo ou estagnação das atividades econômicas em seus locais de origem, seja pela melhor qualidade de vida de Florianópolis, o processo migratório vem produzindo um incremento populacional significativo e crescente em todas as classes.

© SHDMDRAES

Na última década a migração foi responsável por mais de 60% do incremento populacional de Florianópolis, o que não aconteceu com a Região Metropolitana ou no Estado.

Como consequência, o cenário de crescimento populacional exige reconsiderar o padrão de ocupação atual. Com uma expectativa de 1.300.000 habitantes e a baixa capacidade de suporte ambiental da ilha, será necessário repensar e redirecionar a localização do acréscimo de população previsto.

FLORIANÓPOLIS, POPULAÇÃO FLUTUANTE E RESIDENTE POR DISTRITO, 2005-2030

Distrito	2005	2010	2020	2030
Sede Centro	188 999	221 207	291 706	348 441
Sede Continente	108 483	111 255	124 579	145 404
Barra da Lagoa	13 972	16 591	21 562	26 696
Cachoeira do Bom Jesus	66 713	81 960	103 780	123 828
Campeche	35 201	44 831	64 289	82 012
Canasvieiras	102 610	127 925	168 485	212 748
Ingleses	80 650	104 827	142 074	178 960
Lagoa da Conceição	27 718	35 017	47 171	59 499
Pântano do Sul	10 250	11 964	14 589	16 926
Ratones	4 711	5 826	8 436	10 614
Ribeirão da Ilha	32 347	34 816	38 558	42 445
Rio Vermelho	14 516	19 932	30 347	41 743
Santo Antônio de Lisboa	8 015	9 109	11 484	13 801
Total	694 185	825 262	1 067 057	1 303 118

Fontes: IBGE: Censos de 1980, 1991 e 2000; Registro Civil, número de ligações elétricas residenciais e Modelo Evadan

A METODOLOGIA PARTICIPATIVA

O processo participativo se organizou em quatro oficinas e uma apresentação do Pacto de Desenvolvimento Sustentável.

As 4 oficinas tiveram as seguintes metas:

1ª Oficina

Abrangência, resultados esperados e metodologia do processo e experiências semelhantes.
Oficina de conflitos e potencialidades em 3 grupos: econômico-produtivo, sociocultural e urbano-ambiental.

2ª Oficina

Apresentação de levantamento de conflitos e potencialidades.
Debate em três grupos. Prioridades.
Critérios para a definição de cenários.
Debate em plenário segundo população e estratégia de desenvolvimento sustentável.

3ª Oficina

Apresentação dos cenários.
Avaliação coletiva das debilidades, ameaças e oportunidades dos cenários.

4ª Oficina

Identificação de ideias força, programas e projetos.
Seleção do cenário desejável.

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

© FLORIPAMANHÃ

Quais foram os temas abordados?

Durante o processo foram discutidos, entre outros, os seguintes temas:

- Desenvolvimento dos atrativos econômicos (turismo, indústria, cultura, conhecimento, produção rural, pesca e serviços, etc.).
- Grandes fluxos de intercâmbio com o território do Estado de Santa Catarina.
- Infraestruturas de saneamento.
- Grandes equipamentos.
- Sistema viário, mobilidade e transporte, sistema marítimo.
- Integração e comunicação social.
- Diversidade cultural e patrimônio histórico.
- Sistema de informações regionais.
- Procedimentos de gestão das tomadas de decisões sobre as diretrizes de desenvolvimento.

Matriz tipo

CONFLITOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
1	0										0	0.00
2	0										0	0.00
3	0										0	0.00
4	0										0	0.00
5	0										0	0.00
6	0										0	0.00
7	0										0	0.00
8	0										0	0.00
9	0										0	0.00
10	0										0	0.00
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		

	matrizes	pergunta	
A	Conflito x conflito	Este conflito: incrementa este outro conflito?	**Quanto?** alto: 3 médio: 2 baixo (ou nulo): 1
B	Conflito x potencialidade	Este conflito: debilita(altera) a esta potencialidade?	
C	Potencialidade x potencialidade	Esta potencialidade: se sinergiza positivamente com esta outra potencialidade?	
D	Potencialidade x conflito	Esta potencialidade ajuda a resolver este conflito?	

Como se trabalhou?

Nas oficinas foram realizados debates ao redor de determinadas ordens e elaboradas matrizes de cruzamento de causa e efeito, assim como análises de deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades para avaliar os cenários alternativos e organizar o debate intersubjetivo.

SÍNTESE DO FLUXO DAS IDEIAS

Passo 1

Conflitos e potencialidades

O fluxo das idéias se iniciou com a identificação dos conflitos e potencialidades desde os pontos de vista econômico-produtivo, sociocultural e urbano-ambiental. É uma divisão apenas com fins operativos que logo se integra em cruzamentos matriciais intersubjetivas.

Se entende por conflito de relação a interação incompatível entre capacidades do ambiente e/ou sociedade enfrentadas por interesse, necessidades ou aspirações parciais ou setoriais ou inconvenientes da satisfação. Os conflitos expressam choque de interesses distintos e não apenas carências.

Por outro lado, se entende por potencialidade as capacidades benéficas existentes, possíveis ou desejáveis mediante a potencialização de atributos existentes ou pela criação de novas intervenções.

Na primeira oficina, os participantes identificaram conflitos e potencialidades ao lado:

ECONÔMICO PRODUTIVO

CONFLITOS

1. Falta de alternativas adequadas e investimentos em infra-estrutura para o sistema de transporte e mobilidade.
2. Concentração de empregos, atividades e sedes dos órgãos públicos no centro da cidade.
3. Enfraquecimento dos órgãos de gestão urbana em relação ao crescimento de atividades e investimentos.
4. Insegurança jurídica e sobreposição de interpretação, funções e responsabilidades em geral e em particular na área ambiental.
5. Falta de planejamento e gestão metropolitana gerando deseconomias de aglomeração (tráfego, migrações pendulares, impactos ambientais, maiores custos dos serviços) com as cidades vizinhas.
6. Falta de um modelo de desenvolvimento socioeconômico.
7. Existência de uma atividade de turismo baseado na alta sazonalidade, gerando “deseconomias” na maior parte do ano e gerando ocupação concentrada na orla.
8. Conflito entre as atividades náuticas, a maricultura e as áreas de proteção ambiental.
9. Falta de equipamentos esportivos e culturais que criem um turismo nas 4 estações, atraindo um mercado de alto nível.
10. Falta de incentivo a atividades primárias como elementos de valor paisagístico, cultural, econômico e ambiental.
11. Insuficiência de investimento em educação e promoção para formação do indivíduo, geração de renda e empreendedorismo.
12. Falta de apoio para o setor cientifico e tecnológico, empresas de base tecnológica e a socialização do conhecimento.
13. Inadequação da legislação urbanística e ambiental ao desenvolvimento de atividades econômicas.
14. Falta de um plano com estratégias e programas voltados para a consolidação de Florianópolis como cidade líder na economia do conhecimento.
15. Existência de uma atividade turística não planejada, equipamentos turísticos informais, baixa qualidade.

POTENCIALIDADES

1. Paisagem natural e cultural como oportunidade para gerar atividades econômicas como esportes de aventura, ecoturismo e histórico.
2. Possibilidade de criação de outro modelo de cidade que incorpore novas centralidades pela condição geográfica e populacional da cidade atual.
3. Diversificação de oportunidades para o turismo.
4. Atividades tradicionais/culturais com potencial para geração de emprego e renda.
5. Existência de clusters empresariais, científicos, comunitários como plataforma para o desenvolvimento integrado.
6. Possibilidade de adoção de transporte de massa em todos os modais.
7. A marca Florianópolis imagem relacionada a qualidade de vida, natureza, beleza e criatividade.

SOCIOCULTURAL

CONFLITOS

1. Dificuldade de sustentação e manutenção de infra-estrutura local para a crescente população flutuante de turistas.
2. Alta população pendular pelo papel de pólo regional e capital do estado que gera incremento nas demandas de equipamentos (de saúde entre outros).
3. Contradição não resolvida, entre identidade ilha imaginária e identidade cosmopolita própria de uma capital cultural do estado.
4. Modelo urbano equivocado que não considera ilha e as trocas com o exterior.
5. Ausência de política para regular ou diminuir o crescimento populacional.
6. Perigo de romper a relação entre paisagem natural e paisagem cultural (altura das montanhas não devem ser ultrapassadas pelos edifícios, fragmenta a paisagem).
7. Perda da dinâmica econômica da praça xv que deveria valorizar o centro histórico e polarizar espaços e produtos culturais.
8. Falta de integração social entre as faixas etárias, sem elos de ligação.
9. Segregação social refletida no espaço.
10. Sociedade e política assistencialista e clientelista que procura a hegemonia do poder.
11. Violência urbana e violência juvenil.
12. Perda de acessibilidade aos caminhos e trilhas históricas.

POTENCIALIDADES

1. Oferta de alojamento para turistas, distribuída pelo território (casas de aluguel)
2. Diversidade e pluralidade cultural própria de uma capital do estado
3. Cidade poli-nucleada, com tramas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas
4. Paisagem cultural com atratividade e valores definidos ao longo do tempo
5. Coexistência de uma trama veloz e trama lenta com caminhos históricos
6. Plano diretor participativo revelou lideranças comunitárias

URBANO-AMBIENTAL

CONFLITOS

1. Cidade Monocêntrica. Forte dependência interna.
2. Falta de uma política habitacional integrada e do uso do solo que permita a inclusão de todos os níveis socioeconômicos e evite áreas exclusivas ou guetos.
3. Conflito entre o desenvolvimento urbano e a conservação da natureza. Forte pressão sobre o suporte natural devido à expansão urbana excessiva e não planejada.
4. Falta de um modelo de manejo do litoral que permita integrar a preservação natural, paisagística, patrimônio cultural, lazer e desenvolvimento urbano.
5. Falta de gerenciamento dos recursos hídricos. Escassez de oferta de água potável por mau manejo dos mananciais e dos corpos de água.
6. Degradação da paisagem e alto nível de poluição das baías Norte e Sul. Perda de valor recreativo, paisagístico e produtivo destes espaços naturais.
7. Ausência e ineficiência de sistemas de saneamento do Município de Florianópolis e região adjacente tanto de tipos cloacais como de resíduos urbanos.
8. Preferência e prioridade nas políticas públicas de transporte individual e não ao transporte público. Sistema de transporte público ineficiente.
9. Ineficiência do modelo de gestão e controle do território.
10. Falta de um modelo territorial e de desenvolvimento para Florianópolis e a Região
11. Malha viária ineficiente e incompleta.
12. Insustentabilidade territorial devido a baixa densidade de ocupação do território baseada no desejo da casa individual. Visão individualista na produção do território.
13. Conflitos de usos por superposição de atividades ou atividades incompatíveis (maricultura / turismo, conservação da área costeira / ocupação urbana, etc.).
14. A sazonalidade como geradora de conflitos urbanos (nos serviços, transporte, usos, infraestrutura, etc.).

POTENCIALIDADES

1. O transporte marítimo como possibilidade para melhorar conectividade da Ilha e do Continente
2. Potencial de geração de Conselhos Distritais ou outro mecanismo para melhorar a gestão do território a partir da experiência do Plano Diretor Participativo.
3. Práticas de participação desenvolvidas que possam servir de base para a criação de um Conselho Cidadão
4. A adoção de critérios de Reserva de Biosfera como modelo de manejo do território.
5. A beleza cênica e natural da Ilha e do território continental como valor agregado a qualquer atividade econômica e da vida cotidiana.
6. A existência de alto grau de preservação no mosaico natural integrado com as áreas urbanas.
7. Alto potencial do território para o desenvolvimento de atividades náuticas.
8. Possibilidade de aumento de densidade e de usos misto em certas regiões ou setores tanto de Florianópolis quanto na região continental como estratégia para conseguir uma cidade multipolar.
9. Forte potencial para a implementação de sistemas de transporte alternativos (trem, ônibus, bicicleta, pedestre, etc.)
10. Potencial para a reciclagem ou reutilização dos resíduos urbanos.

Nos grupos foram realizados mapeamentos perceptivos dos conflitos e potencialidades.

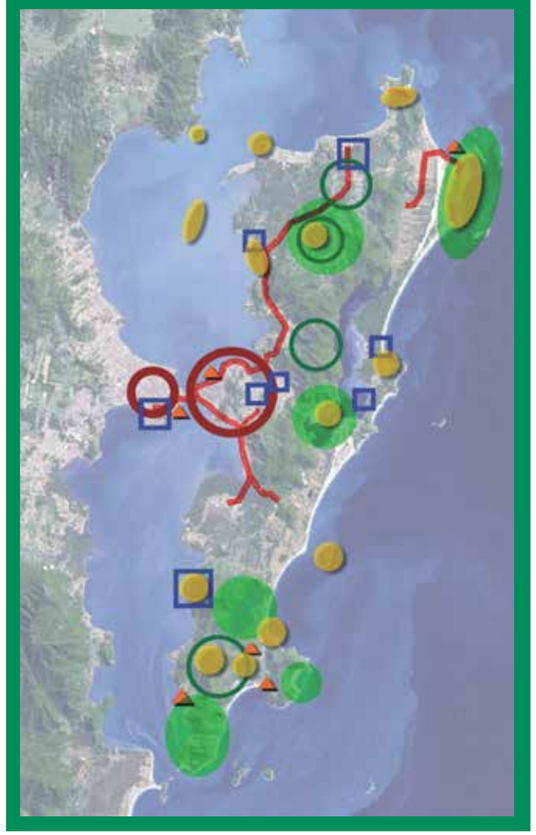
No mapa de aspectos econômico-produtivos se destaca o reconhecimento das centralidades dominantes, a existência de capital intelectual que permite desenvolvimento empresarial alternativo, a possibilidade de uma nova e mais diversificada oferta turística, de base ecológica e cultural; e uma importante oferta de paisagem natural e cultural.

No mapa sociocultural se destacam, como muito interessantes, os caminhos históricos e os vínculos com paisagens culturais rurais, destacando ainda os passeios e atracadouros náuticos.

No mapa urbano-ambiental foram identificadas as zonas de maior conflito por falta de tratamento de esgoto, as áreas de conflito de tráfego, fundamentalmente na entrada da ilha e em alguns setores urbanos com possibilidade de densificação. Também se destacam as potencialidades de transporte náutico e com este, portos comerciais e turísticos.

© SHDMDRAES

GRUPO ECONÔMICO PRODUTIVO



- Conflitos de tráfego
- Centralidades
- Capital intelectual
- Atividades tradicionais
- Potencialidade da paisagem
- Agricultura tradicional
- Nova oferta turística

© SHDMDRAES

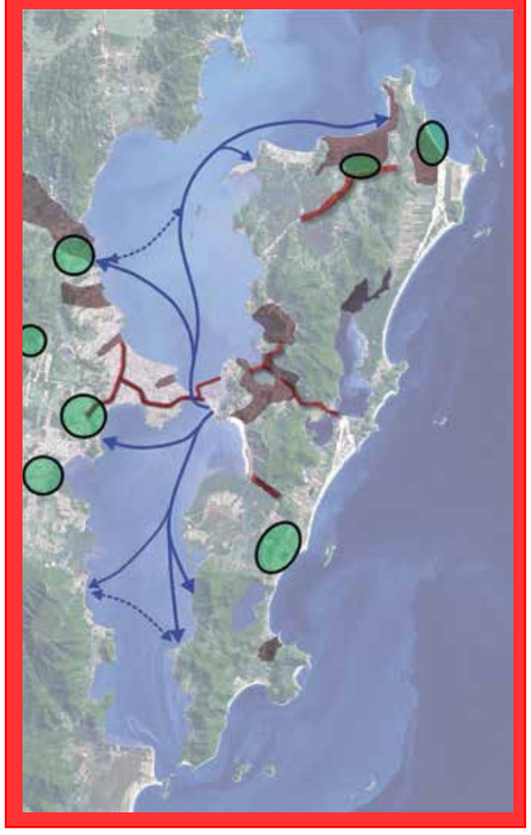
GRUPO SOCIOCULTURAL

CONDICIONANTES HISTÓRICOS/ CULTURAIS

- Conjunto urbano
- Marco referencial
- Lugar de memória
- Ocupação urbana referencial
- Vias panorâmicas
- Caminhos históricos
- Paisagem cultural
- Percursos náuticos e atracadouros

© SHDMDRAES

GRUPO URBANO-AMBIENTAL



- Conflitos pelo esgoto
- Conflitos de tráfego
- Possibilidade de adensamento
- Potencialidade de transporte náutico

Integração de conflitos e potencialidades

CONFLITOS INTEGRADOS

CONFLITOS x CONFLITOS

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
		5.Falta de planejamento e gestão metropolitana gerando deseconomias de aglomeração (tráfego, migrações pendulares, impactos ambientais, maiores custos dos serviços) com as cidades vizinhas	6.-Falta de um modelo de desenvolvimento socioeconômico	3.- Enfraquecimento dos órgãos de gestão urbana em relação ao crescimento de atividades, projetos e investimentos	11.- Insuficiência de investimento em educação e promoção para formação do individuo, para geração de renda e para o empreendedorismo	4.-Insegurança jurídica e sobreposição de interpretação, funções e responsabilidades em geral e em particular na área ambiental	4- Modelo urbano equivocado que não considera ilha e trocas com o exterior	11 - Violência urbana e violência juvenil	9- Segregação social refletida no espaço	10- Sociedade e politica assistencialista que procura a hegemonia do poder	10.- Falta de um modelo territorial e de desenvolvimento para Florianópolis em Região	9.- Ineficiência do modelo de gestão e controle do território	14.- A sazonalidade como geradora de conflitos urbanos (nos serviços, transporte, usos, infraestrutura, etc.)	2.- Falta de uma politica habitacional integrada e do uso do solo que permita a inclusão de todos os níveis socioeconômicos e evite áreas exclusivas ou guetos	
5. Falta de planejamento e gestão metropolitana gerando deseconomias de aglomeração (trafego, migrações pendulares, impactos ambientais, maiores custos dos serviços) com as cidades vizinhas	1		3	3	1	3	3	1	2	2	3	3	3	3	30
6.-Falta de um modelo de desenvolvimento socioeconômico	2	3		3	3	3	2	2	2	3	3	1	1	2	28
3.- Enfraquecimento dos órgãos de gestão urbana em relação ao crescimento de atividades, projetos e investimentos	3	3	2		1	3	3	1	2	1	3	3	1	2	25
11.- Insuficiência de investimento em educação e promoção para formação do individuo, para geração de renda e para o empreendedorismo	4	1	1	1		1	1	2	2	3	1	1	1	1	16
4.-Insegurança jurídica e sobreposição de interpretação, funções e responsabilidades em geral e em particular na área ambiental	5	3	3	3	1		1	1	2	2	2	3	1	2	24
4- Modelo urbano equivocado que não considera ilha e trocas com o exterior	6	3	3	1	1	1		1	2	1	3	3	1	2	22
11 - Violência urbana e violência juvenil	7	1	1	1	1	1	1		3	2	1	1	1	1	15
9- Segregação social refletida no espaço	8	1	1	1	1	1	2	3		3	1	1	1	1	17
10- Sociedade e politica assistencialista que procura a hegemonia do poder	9	2	2	3	2	3	1	2	3		2	3	1	2	26
10.- Falta de um modelo territorial e de desenvolvimento para Florianópolis em Região	10	3	3	3	2	3	3	1	3	2		3	3	3	32
9.- Ineficiência do modelo de gestão e controle do território	11	2	1	3	1	3	1	2	3	2	2		2	1	23
14.- A sazonalidade como geradora de conflitos urbanos (nos serviços, transporte, usos, infraestrutura, etc.)	12	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1	3		1	17
2.- Falta de uma politica habitacional integrada e do uso do solo que permita a inclusão de todos os níveis socioeconômicos e evite áreas exclusivas ou guetos	13	1	1	1	1	1	2	3	3	3	1	2	1		20

Em sucessivos encontros foram elaboradas matrizes cruzando: conflitos com conflitos, conflitos com potencialidades e potencialidades com potencialidades. Estes cruzamentos se realizaram nos três grupos de trabalho: econômico produtivo, sociocultural e urbano-ambiental.
A partir dos conflitos e potencialidades prioritárias que surgem da soma das relações de cada matriz, são selecionadas as de maiores valores e elaboradas duas últimas matrizes intersetoriais nas quais se integram as visões dos três grupos.

As matrizes aqui apresentadas são o resultado deste último cruzamento.
Se apresentam em grau de hierarquia os conflitos e potencialidades mais relevantes no diagnóstico que surgiram das matrizes.

Destaca-se que as matrizes expressam a opinião coletiva e intersubjetiva dos participantes e do Grupo Gestor das Estratégias.

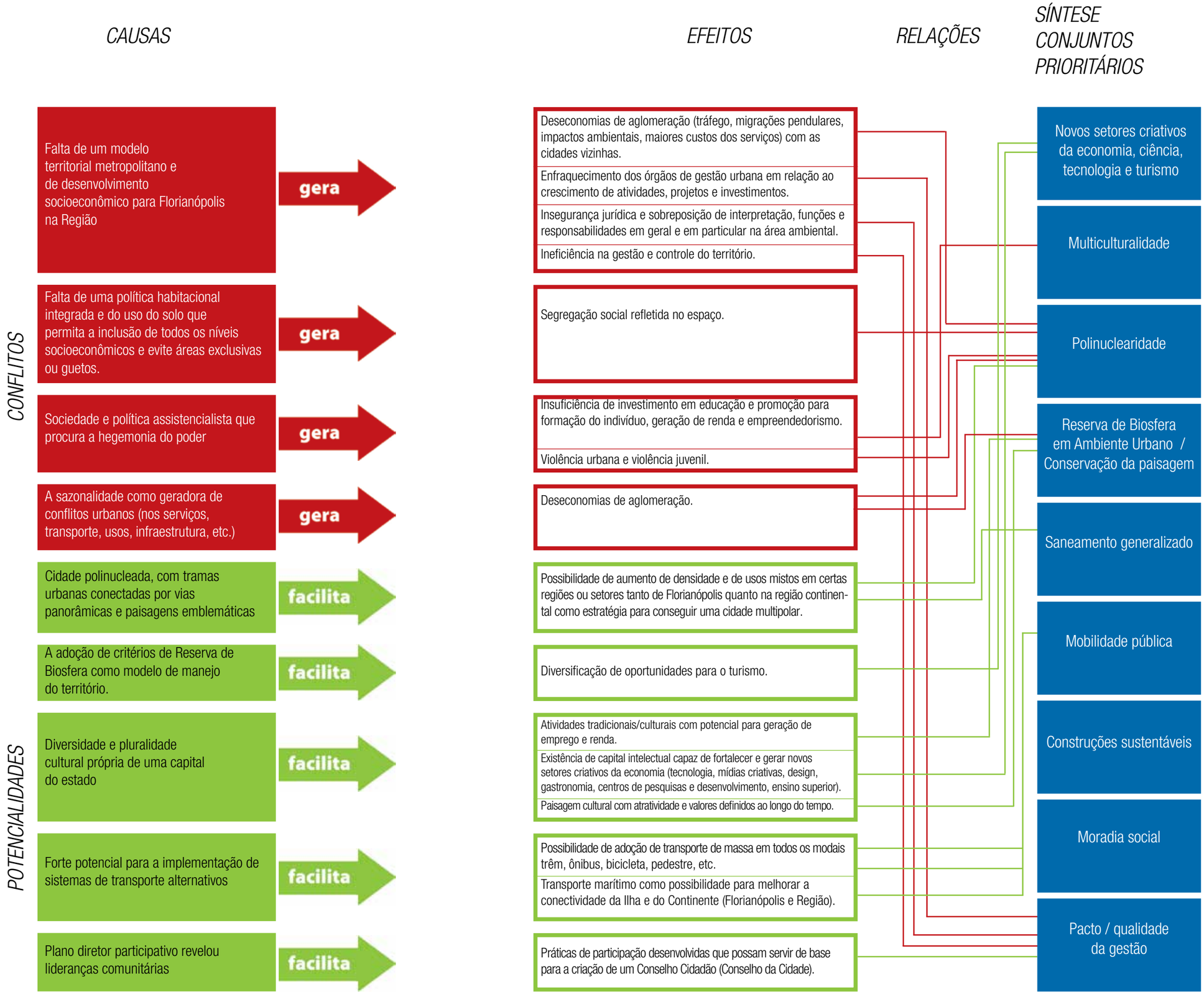
POTENCIALIDADES INTEGRADAS

POTENCIALIDADES x POTENCIALIDADES

		3.- Diversificação de oportunidades para o turismo	5.- Existência de capital intelectual capaz de fortalecer e gerar novos setores criativos da economia (tecnologia, mídias criativas, design, gastronomia, centros de pesquisas e desenvolvimento, ensino superior)	7- Possibilidade de adoção de transporte de massa em todos os modais	4.- Atividades tradicionais/culturais com potencial para geração de emprego e renda	3- Cidade polinucleada, com tramas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas	4- Paisagem cultural com atratividade e valores definidos ao longo do tempo	2- Diversidade e pluralidade cultural própria de uma capital do estado	6- Plano diretor participativo revelou lideranças comunitárias	4.- A adoção de critérios de Reserva de Biosfera como modelo de manejo do território.	8.- Possibilidade de aumento de densidade e de usos mistos em certas regiões ou setores tanto de Florianópolis como na região continental como estratégia para conseguir uma cidade multipolar.	1.- O transporte marítimo como possibilidade para melhorar a conectividade da Ilha e do Continente (Florianópolis e Região).	9.- Forte potencial para a implementação de sistemas de transporte alternativos (trem, ônibus, bicicleta, pedestre, etc.)	3.- Práticas de participação desenvolvidas que possam servir de base para a criação de um Conselho Cidadão (Conselho da Cidade)	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
3.- Diversificação de oportunidades para o turismo	1		2	2	2	3	2	3	1	1	1	2	2	1	22
5.- Existência de capital intelectual capaz de fortalecer e gerar novos setores criativos da economia (tecnologia, mídias criativas, design, gastronomia, centros de pesquisas e desenvolvimento, ensino superior)	2	3		1	2	3	3	3	2	2	2	1	1	2	25
7- Possibilidade de adoção de transporte de massa em todos os modais	3	2	1		2	3	2	1	1	1	3	3	3	1	23
4.- Atividades tradicionais/culturais com potencial para geração de emprego e renda	4	3	2	1		1	3	2	1	3	1	3	3	3	26
3- Cidade polinucleada, com tramas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas	5	3	2	3	2		3	3	3	3	3	3	3	3	34
4- Paisagem cultural com atratividade e valores definidos ao longo do tempo	6	3	2	1	3	3		3	1	3	1	2	2	1	25
2- Diversidade e pluralidade cultural própria de uma capital do estado	7	3	3	2	3	3	3		2	3	2	2	2	2	30
6- Plano diretor participativo revelou lideranças comunitárias	8	1	1	2	2	3	2	1		2	1	2	2	3	22
4.- A adoção de critérios de Reserva de Biosfera como modelo de manejo do território.	9	3	2	2	3	3	3	2	1		3	3	3	3	31
8.- Possibilidade de aumento de densidade e de usos mistos em certas regiões ou setores tanto de Florianópolis como na região continental como estratégia para conseguir uma cidade multipolar.	10	2	1	3	2	3	2	3	1	1		3	3	1	25
1.- O transporte marítimo como possibilidade para melhorar a conectividade da Ilha e do Continente (Florianópolis e Região).	11	3	1	3	2	3	2	3	1	2	3		3	1	27
9.- Forte potencial para a implementação de sistemas de transporte alternativos (trem, ônibus, bicicleta, pedestre, etc.)	12	3	1	3	2	3	2	3	1	2	3	3		1	27
3.- Práticas de participação desenvolvidas que possam servir de base para a criação de um Conselho Cidadão (Conselho da Cidade)	13	1	1	2	2	3	2	3	3	1	1	1	1		21

Passo 3

Síntese conflitos e potencialidades



Passo 4

Os cenários avaliados

Como consequência dos grupos de questões levantadas na síntese de conflitos e potencialidades foi possível agrupar as mesmas em três cenários, cuja incumbência é visualizar os futuros alternativos e compará-los.

O primeiro cenário identificado é o de um crescimento populacional e de atividades econômicas melhor distribuídas entre a ilha e as áreas urbanas adjacentes do lado do continente, de maneira a manter a ilha dentro do limite de sua capacidade antrópica razoável para a conservação de seus grandes atributos ambientais e turísticos, e ao mesmo tempo para alcançar maiores oportunidades de crescimento econômico e social naquelas áreas do continente, que ao invés de ser entendidas como periferias de Florianópolis, podem passar a funcionar como as principais centralidades produtivas no sistema metropolitano de Florianópolis.

Por estas características se decidiu chamar este cenário de "Vancouver-Sydney", em analogia a estas belas cidades que têm uma área metropolitana de grande poder econômico, sem prejuízo do enorme cuidado turístico e ambiental de suas belas áreas naturais e ilhas.

No segundo cenário se dá lugar ao máximo crescimento de habitantes e diversidade populacional. Decidiu-se chamar este cenário de "Rio - Cingapura", em analogia com as grandes cidades, com aspecto muito belo, tanto em seu cenário natural quanto no construído, onde se enfrentam situações de alta densidade e conflitos sociais em alguns de seus setores, assim como uma forte pressão sobre os ecossistemas naturais nos quais estão inseridos. De alguma forma, este é o cenário das tendências de investimento atuais, com grande riqueza de oportunidades econômicas e crescentes crises socioambientais.

No terceiro cenário, domina a vontade de atender os desejos de muitos setores de habitantes locais, no sentido de propiciar padrões de baixa ocupação do solo e baixa densidade. Este é um cenário contraditório, pois junto com a idéia da conservação de padrões tradicionais da ilha, e opostos às tendências dos principais investimentos atuais, forçaria uma ocupação em áreas frágeis e valiosas. De alguma forma, é um cenário pouco factível porque não explica como direcionar o crescimento urbano previsto, ainda que esteja no imaginário de muitos habitantes e no sonho da casa unifamiliar.

Em síntese, estes cenários foram avaliados participativamente em suas deficiências, ameaças, oportunidade e fortalezas, e o resultado é o que segue:

CRESCIMENTO POPULACIONAL DIRECIONADO AO CONTINENTE MÁXIMA QUALIDADE TURÍSTICA E AMBIENTAL

DEBILIDADES	AMEAÇAS
Exige maiores escalas de produção	processo de elitização na ilha
Necessidade de garantir habitação de interesse social na ilha	maior pressão populacional no continente
Mudança no comportamento da sociedade	riscos ambientais no continente
Falta de cultura de cooperação entre todos os atores para pactuar	
Necessidade de ligações complementares náuticas	

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
preserva a paisagem	exige um pacto metropolitano
é o que mais viabiliza o modelo de Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano	expectativa de desenvolvimento do continente
qualifica o território	valoriza a discussão sobre a vulnerabilidade dos municípios da grande Florianópolis
facilita a polinuclearidade	favorece novos setores criativos na economia
facilita a mobilidade pública (o transporte público no continente e viabiliza o transporte individual na ilha)	otimização da infraestrutura no continente
consolida a marca Florianópolis como destino turístico de qualidade	revitaliza o centro tradicional consolidado
favorece construções sustentáveis	oportuniza a multiculturalidade
	maximiza oportunidades econômicas no continente

MÁXIMO CRESCIMENTO POPULACIONAL NA ILHA METRÓPOLE GLOBALIZADA

DEBILIDADES	AMEAÇAS
continuidade de paisagem construída	aumento de congestionamento
perda da referência da paisagem natural	aumento da dependência dos recursos externos
perda da representatividade dos ecossistemas	possibilidade de dispersão no continente
perda da referência da identidade da paisagem cultural	dificulta a implantação e a manutenção da reserva da biosfera em ambiente urbano porque descaracteriza os critérios
ameaça da poluição visual	periferização no continente
alto custo ecológico e econômico	intensa concentração de população
dificuldade de pacto metropolitano	dificuldade gestão
atenua a ocupação conurbada com a multipolaridade	cenário assustador
exige maiores escalas de produção	
necessidade de ligações (pontes e ramificações)	
mudança drástica em todos os sentidos	
dificulta a habitação de interesse social tradicional	
dispersão da estrutura turística	

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
otimização da infraestrutura	maximiza as oportunidades econômicas na ilha
aumenta a arrecadação de impostos	viabiliza o transporte de massa
concentração de recursos econômicos	democratização dos espaços
maior conexão ao continente	favorece novos setores criativos da economia
possibilita construções sustentáveis	oportuniza a nova multiculturalidade globalizada
	generalização da estrutura turística

BAIXO CRESCIMENTO E DISPERSÃO NA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

DEBILIDADES	AMEAÇAS
dificuldade de viabilizar infraestrutura urbana	dificuldade de implantação da reserva de biosfera urbana e aumenta a pressão nas áreas de preservação
necessidade de muitos deslocamentos que sobrecarrega no sistema viário	aumenta a segregação social
não viabiliza o modelo de policentralidade com padrão de ocupação entendida / dispersa / pulverizada / espontânea	impermeabilização do solo
dificulta a urbanidade	não viabiliza o transporte de massa
o acesso físico a paisagem diminui	desqualifica a paisagem urbana
inibe a inovação	periferização da ilha toda
fiscalização precária favorece a ocupação continuada	aumenta a insegurança
não favorece o pacto social	expansão espontânea no continente
modelo que não gera espaços públicos e aumenta a privatização	
enfraquece a marca Florianópolis	
aumento de emissão de CO_2	

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
oferece acessibilidade visual a paisagem	sonho da casa individual
oportuniza a autoconstrução	aumenta o comércio e os serviços
sustenta a relação de vizinhança	revitalização do centro tradicional consolidado

O CENÁRIO DESEJADO

Algumas das principais características, em especial as melhores fortalezas, dos três cenários permitiram imaginar um quarto cenário: o cenário da síntese.

As principais características deste cenário são:

- Crescimento moderado, direcionando o restante do aumento populacional esperado para o continente com base em medidas de promoção, estímulo e acompanhado por investimento em infraestrutura e habitação social.

- Fortalecimento do esquema polinuclear como a melhor opção para proporcionar este crescimento, descongestionando o distrito central de uma carga excessiva e evitando a dispersão suburbana.

- Turismo com valor agregado, crescendo antes em qualidade que em quantidade.

- Melhoramento dos transportes públicos de massa.

Estas características se baseiam nas principais fortalezas e oportunidades definidas participativamente:

Fortalezas:

- Preservar a paisagem
- Viabilizar o modelo de Reserva de Biosfera em ambiente urbano
- Qualificar o território
- Facilitar a polinuclearidade
- Facilitar a mobilidade pública
- Consolidar a marca Florianópolis como destino turístico de qualidade
- Favorecer construções sustentáveis

Oportunidades:

- Exigir um pacto metropolitano
- Ampliar as expectativas de desenvolvimento do continente
- Valorizar a discussão sobre a vulnerabilidade
- Favorecer novos setores criativos na economia
- Otimizar a infraestrutura do continente
- Revitalizar o centro tradicional consolidado
- Oportunizar a multiculturalidade
- Maximizar oportunidades econômicas no continente

Em um relato por subsistemas ou aspectos mais destacados, este cenário desejado pode dividir-se em:

A POLINUCLEARIDADE

Polinuclearidade na ilha: acentuar as centralidades atuais, sobretudo as externas ao distrito central, para que recebam um crescimento racional, mais destinado à sua consolidação que a uma grande expansão.

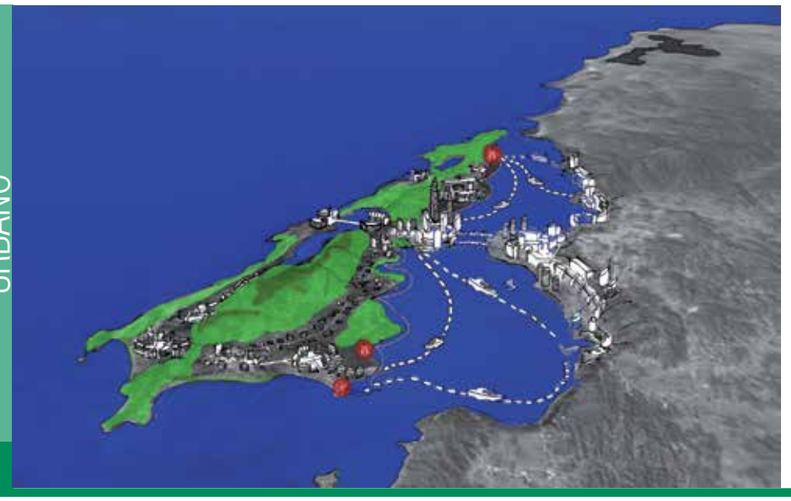
B CONTINENTE

Expansão e fortalecimento de centralidades no continente para onde se buscaria direcionar o maior crescimento populacional previsto, estimulado por investimentos em infraestrutura e atividades produtivas com alta geração de emprego.

C CENTRALIDADES DESCONTÍNUAS

De alguma maneira, mesmo na ilha é possível estimular núcleos urbanos, pequenos e descontínuos, de modo a acentuar a polinuclearidade e a desconcentração do distrito central, e aproximar as atividades terciárias e de serviços às áreas rurais da ilha.

D BIOSFERA EM AMBIENTE URBANO



Malha de concentração natural e cultural como suporte territorial dominante na ilha, aplicando o conceito de reserva de biosfera em ambiente urbano, de modo a conseguir um mosaico contínuo e interpenetrado com as áreas de policentralidade.

E MOBILIDADE

O sistema seria interconectado por um esquema de mobilidade em forma de duplo “h”, com um eixo central sobre a costa oeste da ilha, complementado como circuito paisagístico na costa oeste e fortes ligações náuticas.

C HABITAÇÃO SOCIAL

Finalmente, o crescimento habitacional de interesse social deveria consolidar os núcleos urbanos existentes, preenchendo seus vazios, e evitando a dispersão suburbana, que atenta contra todos os pontos antes mencionados e é responsável por grandes consequências de exclusão social e territorial

AGENDA ESTRATÉGICA
A necessidade de pactuar um futuro

A proposta desta Agenda Estratégica busca definir e formular um marco de orientação estratégica geral que permita a Florianópolis e sua região ter uma relação de temas a tratar durante os próximos vinte anos, baseados nos acordos construídos com os autores deste processo.

O cenário descrito orientou a seleção dos valores mais significativos surgidos dos três cenários iniciais em uma matriz síntese.
Esse conjunto de fortalezas e oportunidades é o princípio das estratégias que esta agenda se propôs a buscar.

Através das combinações dos principais atributos na forma conjuntos de alta pertinência, se alcança identificar tais estratégias e se orienta sua definição.

Com efeito, a marca de qualidade turística de Florianópolis, com maior rigor e qualidade da arquitetura sustentável e o desenvolvimento de novos setores criativos da economia conduzem à Estratégia 1: "Florianópolis, sinônimo de qualidade".

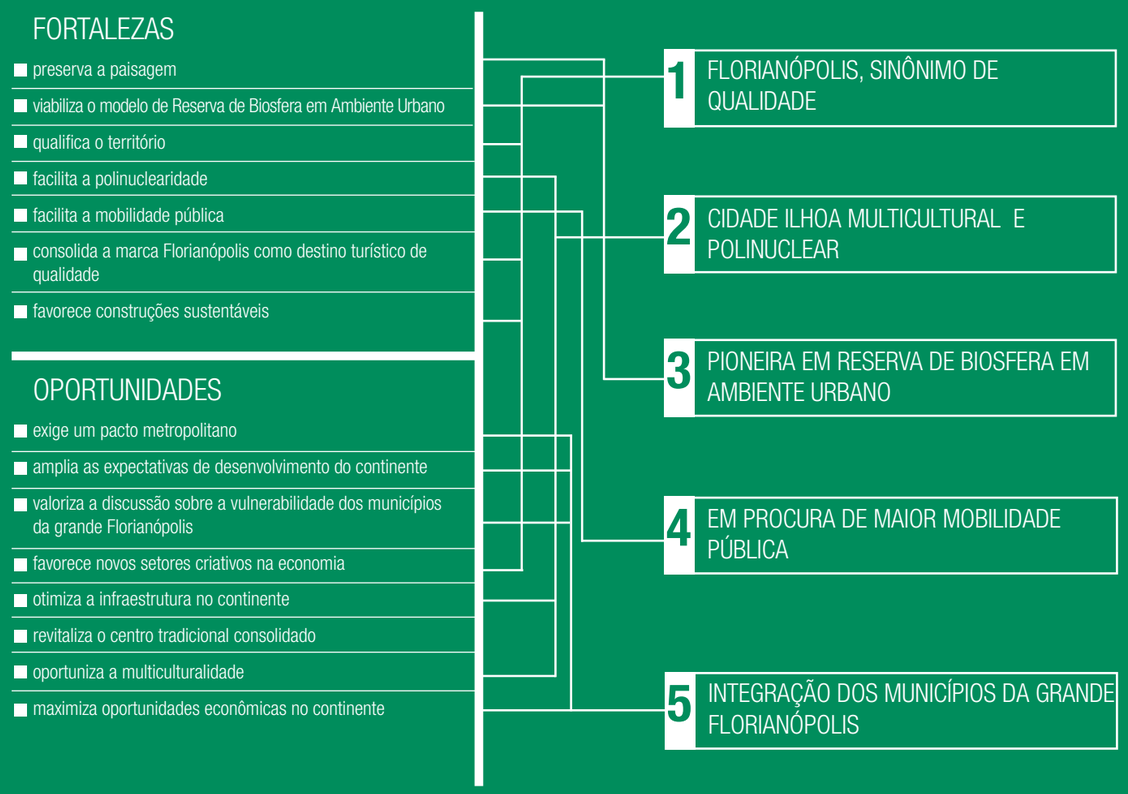
A articulação de polinuclearidade, o incentivo à multiculturalidade e a otimização das infraestruturas no contexto de densidade e compacidade, orienta a Estratégia 2: "Cidade multicultural e polinuclear".

A vontade de preservar a paisagem e qualificar o território no contexto da iniciativa da biosfera em ambiente urbano de Florianópolis dá lugar à Estratégia 3: "Pioneira em reserva de biosfera em ambiente urbano".

A oportunidade de facilitar a mobilidade pública conduz à Estratégia 4, que toma cargo da "Demanda de maior mobilidade pública".

A necessidade de um pacto metropolitano que viabilize em particular as estratégias 1 e 2, maximize as oportunidades econômicas no continente e oportunize a atenção de maior infraestrutura nestas áreas, dá lugar à Estratégia 5: "Integração dos municípios da Grande Florianópolis".

Num olhar sintético, as cinco estratégias se comportam de maneira setorial, três delas e as demais de maneira integral.



ESTRATÉGIA 1

Florianópolis, sinônimo de qualidade

A qualidade é um fator estratégico chave do qual dependem na atualidade a maior parte das organizações públicas e privadas, e que, no caso de Florianópolis, deve atravessar o manejo de todo seu território e deve ser o fator de destaque de todas as atividades.

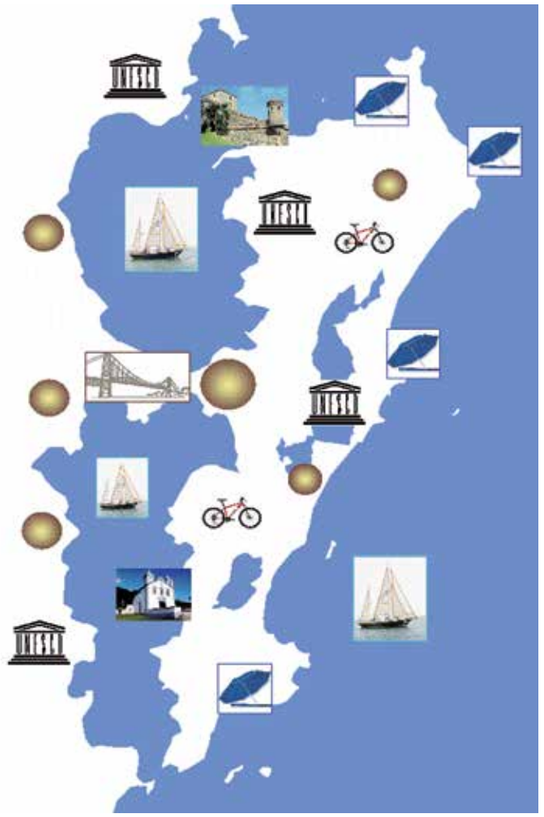
A busca de qualidade não deve ficar limitada somente à atividade turística, bem ao contrário, este desafio permanente de melhoria contínua em todas as atividades e processos deve atravessar e alcançar todos os cidadãos, através da superação na prestação de serviços, do manejo da paisagem, inovação tecnológica e gestão do espaço urbano.

A qualidade não é um atributo luxuoso. É um horizonte desejado que orienta todas as decisões e processos. É a procura do estado mais evoluído possível em função do aumento da eficiência, competência, conhecimento e experiência.

Para tanto, é necessária a sinergia entre o sistema acadêmico e os sistemas institucional e empresarial, que ao compreender as interdependências entre seus processos aportem a inovação e a criatividade requeridas para alcançar as metas de sustentabilidade buscadas.

As organizações modernas vinculadas ao desenvolvimento sustentável exigem flexibilidade para reagir rapidamente às oportunidades, e Florianópolis conta com condições culturais de base para isso.

A consideração integrada de todo o desenvolvimento terrestre e aquático, local e metropolitano é o passo inicial na busca pela qualidade. Florianópolis mal pode prosperar em um território metropolitano circundante que se degrada. Mal pode prosperar sua indústria turística em um ambiente social empobrecido. Não pode desenvolver-se sem organizações públicas e privadas sinergizadas com mecanismos de informação e tomada de decisões previsíveis e transparentes.



A Estratégia: Florianópolis Sinônimo de Qualidade se estrutura em quatro políticas:

a. Política de economia do conhecimento

b. Política de qualidade urbana

c. Política de qualidade turística

d. Política de qualidade dos serviços públicos.

Política de economia do conhecimento

Florianópolis conta com o capital intelectual para ser uma cidade líder na economia do conhecimento.

A diferença no nível de desenvolvimento das sociedades contemporâneas deixou de se expressar somente através da possessão de recursos naturais ou da capacidade de sua infraestrutura física. O aumento no ritmo de criação, acúmulo, e aproveitamento do conhecimento pode levar a sociedade de Florianópolis a um sistema no qual o conhecimento aplicado ao desenvolvimento sustentável seja a verdadeira essência da competitividade e o motor a longo prazo.

A economia do conhecimento inclui, junto com a revolução nas tecnologias da informação e comunicação, as novas competências vinculadas com as necessidades da sociedade, e envolve a capacidade de aprendizado das instituições públicas, dos setores empresarial e acadêmico, assim como a generalização das redes interinstitucionais para a solução de problemas e o uso intensivo do conhecimento no espaço social.

Distintas políticas federais e estaduais vêm possibilitando, junto à iniciativa privada, o desenvolvimento de iniciativas científicas e tecnológicas na forma de grupos coorporativos e clusters associativos.

Talvez o mais conhecido seja o chamado Sapiens Parque, entre os grandes projetos deste tipo. Mas já existem iniciativas concretas e de amplo valor como o Parque TechAlpha, diferentes laboratórios das principais universidades, a iniciativa de promoção empresarial e de grandes projetos de Santa Catarina e parcerias.

Isto indica um processo de transformação produtivo de alto interesse, para setores mais modernos da economia (pesquisa + desenvolvimento + inovação) que encontram na ilha de Santa Catarina, um ambiente ideal.

Política de qualidade urbana

A busca da qualidade deve alcançar também os sistemas de serviços urbanos. A cidade é ambiente da vida urbana assim como é espaço de oportunidades de desenvolvimento econômico. Seu melhoramento permanente serve a ambos os fins.
A procura de qualidade com o enfoque da sustentabilidade aponta, entre outros, a garantir a acessibilidade visual e física às paisagens naturais e culturais, recuperar o contato com o mar e adaptar as redes de infraestrutura, enterrando-as para que não contaminem visualmente a paisagem.

Política de qualidade turística

Florianópolis tem se posicionado crescentemente como um lugar de qualidade turística. Isso deve se sustentar cada vez mais através de uma organização em rede dos estabelecimentos e prestadores de serviços turísticos, facilitando a interação dos agentes que compõem a Superestrutura Turística (organizações públicas e privadas envolvidas diretamente na atividade) em sua busca de ações concertadas que possam facilitar a produção e a venda dos múltiplos e diferentes serviços que compõem o produto turístico local em diferentes épocas do ano.

Propõe-se a uma política pública voltada à valorização dos atrativos culturais ou de herança cultural (museus e manifestações culturais e naturais históricas, folclore, realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas), eventos programados com o objetivo de tornar os atrativos existentes em um produto turístico mais consistente e atraente, consolidando a atividade turística. Isso implica na melhoria da infraestrutura básica e urbana, dos equipamentos e instalações e, também, dos serviços prestados ao turista.

Por último é central a valorização, treinamento e capacitação da mão-de-obra turística local que, atualmente, em grande parte, em função da sazonalidade existente, constitui uma mão-de-obra temporária e, portanto, não-profissional.

Política de qualidade dos serviços públicos

Um dos desafios mais importantes para a governabilidade do território é a integração dos enfoques e ações dentro e entre as diversas instâncias do poder público.

A superposição de competências e legislações, assim como as variantes nas interpretações destas normas geram demoras e incertezas nos processos de desenvolvimento.

A política recomendada se baseia na publicação e transparência de dados e projetos públicos dos municípios da região metropolitana. Isto, vinculado com a criação de uma interface institucional entre organismos públicos municipais e estaduais facilita os projetos integrados e a interpretação unívoca das leis.

As novas demandas de desenvolvimento exigem uma requalificação dos órgãos técnicos e um saneamento dos processos administrativos com vistas a um sistema de tomada de decisões mais transparente e flexível, que por sua vez é vinculado a processos comunitários participativos permanentes.

ESTRATÉGIA 1 — FLORIANOPOLIS, SINÔNIMO DE QUALIDADE:
horizonte desejado que orienta todas as decisões e processos.

Políticas	Programas	Sub-programas	Projetos
Política de economia do conhecimento	Programa Qualidade: cidade líder na economia do conhecimento. Sinergia da inteligência acadêmica a favor da qualidade	Sub-programa Eco design: desenho ambientalmente consciente	Projeto Quarteirão Industrial (aglomerações de industrias, etapa pós incubadora)
			Projeto de Reutilização e reciclagem de resíduos
		Sub-programa de incentivos a novos empreendimentos tecnológicos (Aplicar a lei de informática, a lei de inovação e outros instrumentos de fomento para entidades privadas)	
	Programa de apoio a projetos culturais com vínculos sociais	Sub-programa laboratório de projetos culturais	
		Sub-programa Cidade da paz - difusão da não violência	
Política de qualidade urbana	Programa de acessibilidade visual a paisagem		
	Programa recuperar o contato com o mar		
	Programa redes subterrânea e iluminação especial		
Política de qualidade turística	Programa rede de estabelecimentos e prestadores de serviços turísticos de qualidade	Sub-programa de regularização dos estabelecimentos turísticos informais	
		Sub-programa de capacitação para serviço de atendimento ao turista e a população em geral	
		Sub-programa informação Turísticas	Projeto Sistema de informações turísticas
			Projeto Inventário de produtos turísticos
			Pesquisa de mercado atual e potencial. Estudo de curvas temporais das atividades e dos atrativos
	Programa «turismo o ano todo»	Sub-programa de valorização do patrimônio artístico e cultural	
		Sub-programa de valorização do turismo de negócios	
		Sub-programa eventos esportivos	
Política de qualidade dos serviços públicos	Programa de qualificação da gestão pública	Sub-programa Interfase entre organismos públicos para interpretação de leis	Observatório comunitário da gestão pública
			Base pública de dados e projetos dos cinco (5) municípios da região
		Sub-programa de revitalização dos Conselhos Municipais	

ESTRATÉGIA 2

Cidade multicultural e polinuclearidade

A estratégia urbano-cultural deve organizar a convivência humana e a sinergia comunitária numa sociedade e um território onde convivem grupos de culturas diversas com diferentes escalas de valores e prioridades.

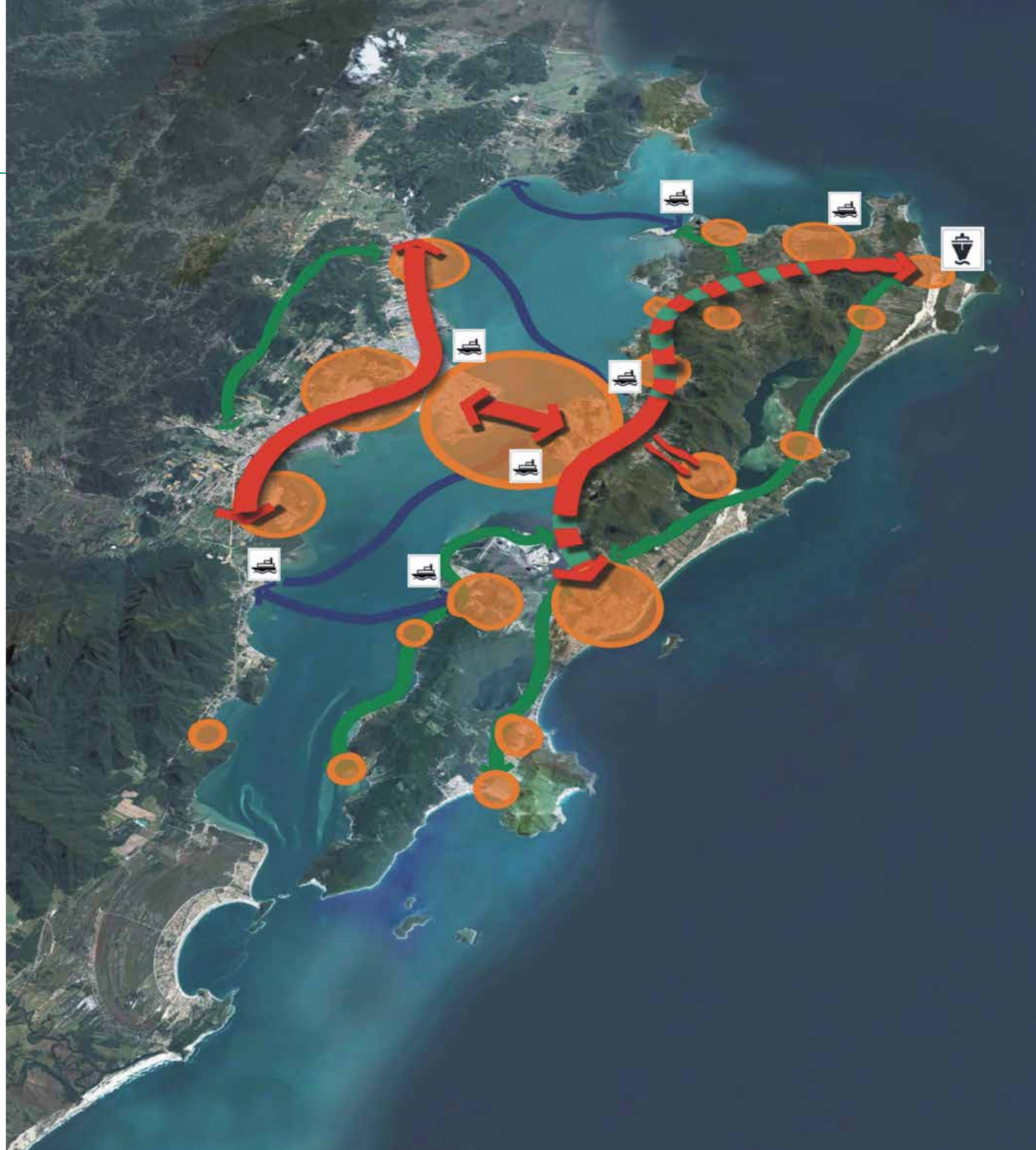
O desafio é passar de uma sociedade na qual existem diversas culturas para uma sociedade multicultural na qual as mesmas se potencializam sem se desfigurar e se sinergizam em uma síntese criativa.

A estrutura urbana permite colocar em rede as centralidades urbanas, a fim de consolidar a integração territorial de uma aglomeração submetida a intensos procedimentos de rupturas sócio-espaciais.

Uma Florianópolis policêntrica facilita e permite conter adequadamente essa diversidade multicultural mediante um sistema interconectado de centros urbanos, para tanto, se redefine a função do centro tradicional, adequando-o às novas dinâmicas da globalização.

O modelo de cidade que se aplica é uma dicotomia entre centro e periferia, riqueza e pobreza, incluídos e excluídos.

A cidade está focada em uma centralidade urbana histórica a partir da qual se desenvolveram as raízes político-administrativas e sociais e que, por sua condição de monocentrismo, vem ao longo dos anos gerando problemas que atingem os âmbitos social, econômico, urbano e ambiental. A necessidade pela busca do centro da cidade, seja ela direta e funcional (a busca por serviços, produtos ou oportunidades de emprego que não sejam encontrados em outros pontos da cidade), ou indireta e social (a busca pelo convívio e pelas relações sociais que são maximizadas na centralidade), acaba por gerar deslocamentos pendulares entre o centro e os subúrbios, ou mesmo, entre o centro e os municípios vizinhos que não supram essas necessidades em si próprios. Tais deslocamentos são causadores de uma série de problemas que se desdobram nos âmbitos supracitados, seja pela necessidade recorrente de investimentos em infraestrutura viária e de transportes, seja pela perda indireta em produtividade pelo tempo perdido em tais deslocamentos, ou pela perda da qualidade de vida causada por tais transtornos como a poluição ambiental decorrente do tráfego de veículos, além do impacto negativo na paisagem urbana.



Haja vista as projeções demográficas feitas para o município, o atual modelo monocêntrico da cidade pode levar ao caos generalizado caso não se adotem políticas de mudança de desenvolvimento.
Por outro lado, a multipolaridade ou o policentrismo tem se mostrado positivo e tem sido buscado como modelo de desenvolvimento e de reestruturação urbana mundo afora, por seu potencial de re-valorizar a qualidade dos espaços públicos, o seu valor simbólico e a sua função integradora, além de oferecer à sociedade a dimensão mais adequada para o seu desenvolvimento econômico, social e urbano.
A estratégia propõe direcionar o crescimento populacional esperado, distribuindo-o entre os distintos núcleos do município de Florianópolis, e articulando com os municípios da área metropolitana mediante acordos, haja disponibilidade compatível de serviços e infraestrutura.
A necessária hierarquia das funções urbanas e a centralidade exercida por Florianópolis devem evitar a segregação sócio-espacial e aproveitar as características naturais excepcionais como delimitadores efetivos dos territórios humanos.
A Estratégia Cidade Multicultural e Polinuclear propõe 3 políticas:

a. Política de distribuição do crescimento populacional para conseguir uma cidade polinuclear
b. Políticas de espaços e equipamentos públicos
c. Políticas de centralidade e multiculturalidade

Política de distribuição do crescimento populacional para conseguir uma cidade polinuclear

A distribuição do crescimento populacional se baseia na articulação com os municípios da região metropolitana para receber maior população que a estimada segundo as tendências; e na aceitação por parte dos habitantes de Florianópolis de que em determinados distritos e/ou localidades o padrão de ocupação de baixíssima densidade deverá mudar para um padrão mais concentrado que permita abrigar mais população sem descaracterizar demasiadamente a paisagem urbana existente.
O aumento da densidade média responde à premissa de sustentabilidade de otimizar o aproveitamento das infraestruturas e reduzir ao máximo as pressões sobre os ecossistemas naturais. Reverter a degradação da paisagem num cenário de crescimento populacional requer a aceitação social de mudanças na paisagem urbana. Do contrário a Ilha tenderia a ser elitizada ou ocupada desordenadamente como já ocorre hoje, atentando contra a sua frágil capacidade de ocupação.

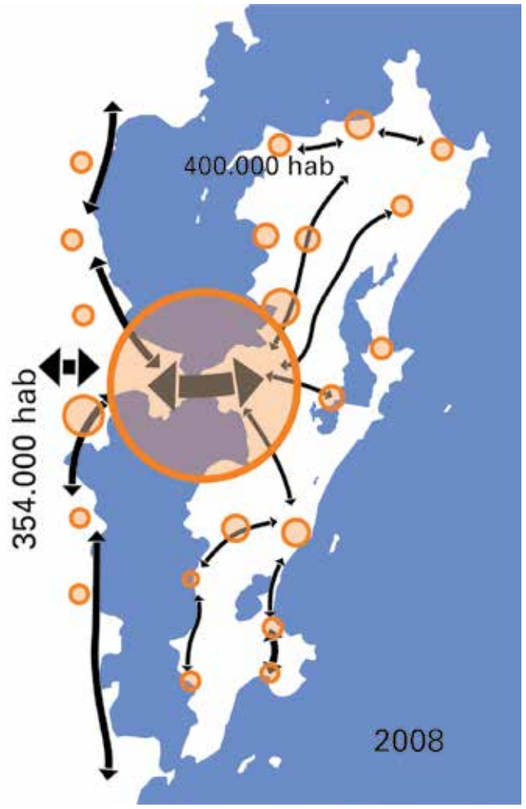
Políticas de espaços e equipamentos públicos

A política de distribuição da população deve estar intimamente acompanhada de uma política de equipamentos para todos os centros, gerando uma rede de complementaridade.

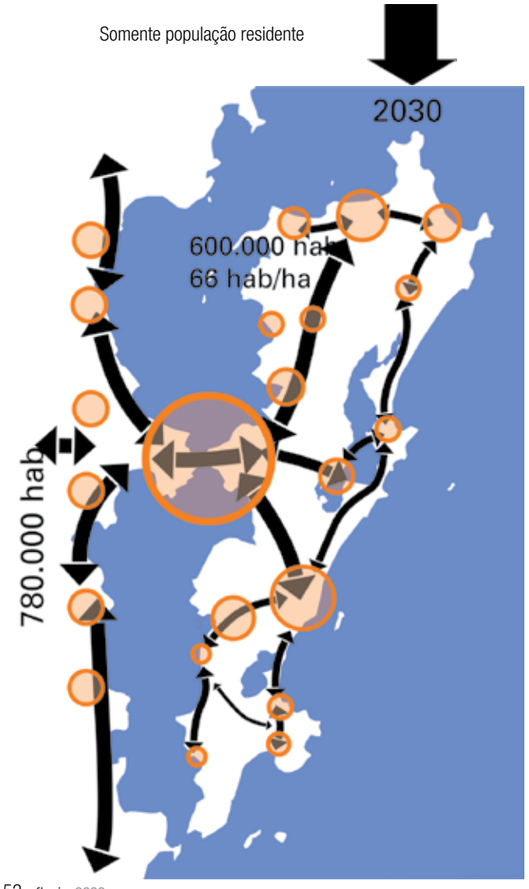
O desenvolvimento urbano que envolva necessariamente um aumento de população e de usos se poderá dar em vários setores da ilha somente se acompanhado da necessária dotação de serviços e equipamentos públicos que permitam o desenvolvimento normal das atividades sociais, culturais e cívicas em cada centro.
Ainda assim, a exuberante natureza de Florianópolis, mesmo que permita sua contemplação, não permite seu acesso físico. A disponibilidade de espaços abertos recreativos devidamente tratados e equipados deve ser o eixo da futura política pública de consolidação das malhas urbanas existentes.

Política de centralidade e multiculturalidade

A política propõe uma cidade polinucleada, com malhas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas que facilitem a possibilidade de aumento de densidade e de usos mistos em certas regiões ou setores tanto de Florianópolis quanto na região continental como estratégia para conseguir uma cidade multipolar.
A diversidade e pluralidade cultural própria de uma capital do estado baseada nas atividades tradicionais/culturais com potencial para geração de emprego e renda e na existência de capital intelectual capaz de fortalecer e gerar novos setores criativos da economia (tecnologia, mídias criativas, design, gastronomia, centros de pesquisas e desenvolvimento, ensino superior).
Isto permitirá reduzir as deseconomias de aglomeração (tráfego, migrações pendulares, impactos ambientais, maiores custos dos serviços) com as cidades vizinhas.
Serão necessários programas de incentivo às atividades dinamizadoras da economia para o fortalecimento e a consolidação da multicentralidade. É proposta a criação de mecanismos (agências de desenvolvimento, programas governamentais) que promovam ou fomentem atividades latentes em cada distrito, bairro ou região, apontando assim tendências ou potenciais atividades geradoras de emprego e renda. Também terão como meta ou fim descobrir novas atividades a ser incluídas de acordo com os parâmetros sociais, culturais e ambientais por região.
Há zonas onde, por razões de infraestrutura pré-existente (viária, saneamento, educação, lazer, etc), se poderia aumentar a densidade e além de incorporar novos usos e equipamentos para garantir a independência da área centro e fomentar assim a vida nos mesmos e evitar deslocamentos. Esta estratégia não deve ir separada do distrito Sede que deverá conservar certos usos de centralidade e reincorporar o uso para residência que vem sendo perdido nos últimos anos.
Esta política exige um novo padrão de tecido urbano e produção da cidade que integre a habitação de interesse social na ilha e no continente e sustente a relação de vizinhança.

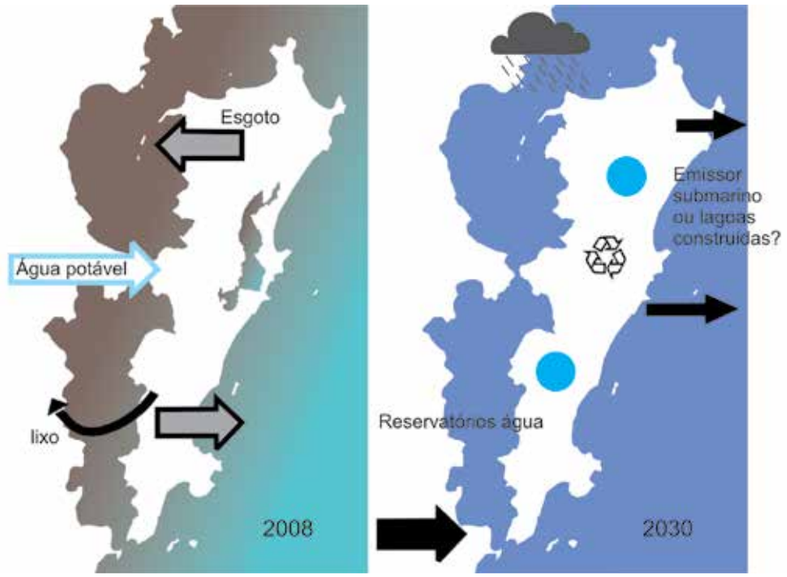


Somente população residente



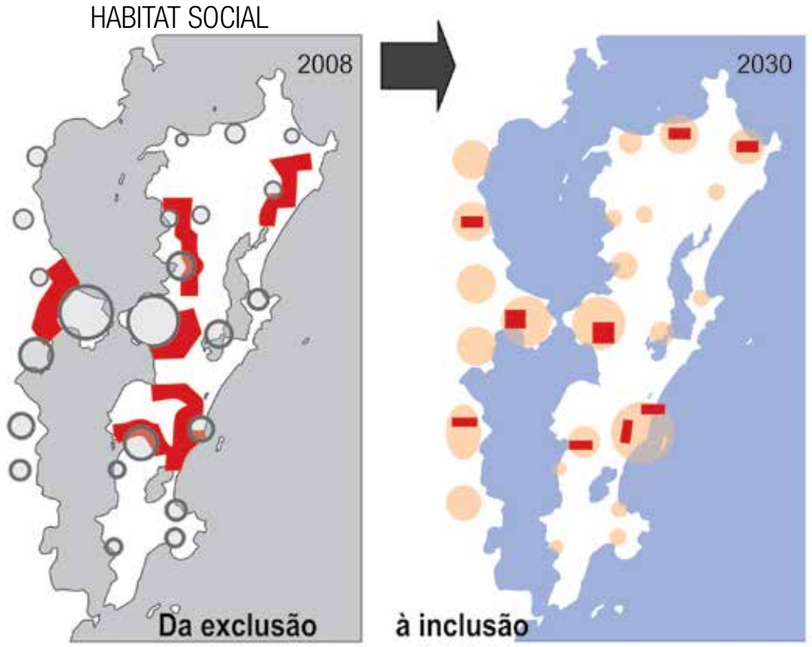
Os gráficos anexos expressam de forma esquemática o passo da cidade de Florianópolis com 400 mil habitantes onde quase 300 mil estão no distrito sede, e uma situação metropolitana de múltipla centralidade onde seria conveniente que Florianópolis abrigasse um máximo de 600 mil habitantes, e uma densidade média de apenas 12 hab/ha e uma densidade urbana de 50 hab/ha, concentrados basicamente nos núcleos de poli-centralidade, enquanto boa parte do crescimento populacional deveria se distribuir entre as cidades do continente que integram a área metropolitana.

FLUXOS



Por outro lado, se planeja o passo desde uma ilha insustentável, que depende do continente para provisão de água potável e o depósito de resíduos sólidos, e que gera contaminação das águas e da costa da ilha com seus esgotos; até um modelo onde idealmente a ilha é auto-sustentável com reservatórios de água da chuva, emissores submarinos ou lagoas construídas para o tratamento dos esgotos e a reciclagem de resíduos sólidos.

HABITAT SOCIAL



Finalmente, em termos de habitat social se planeja frear as expansões suburbanas que só geram exclusão territorial e propiciar em troca a máxima inclusão social possível, satisfazendo as necessidades de habitação social nos mesmos vazios urbanos ou suas áreas urbanas adjacentes.

ESTRATÉGIA 2

CIDADE MULTICULTURAL E POLINUCLEARIDADE:
rede de centralidades urbanas a fim de consolidar a integração territorial

Políticas	Programas	Sub-programas	Projetos
Política de distribuição do crescimento da população para conseguir uma cidade polinuclear	Programa de incentivo a concentração populacional	Sub-programa Ingleses	
		Sub-programa Canasvieiras como centro Norte + Jurerê	
		Sub-programa Campeche como centro Sul	
	Programa de preenchimento da ocupação da trama existente sem aumento da densidade	Sub-programa Ratones	
		Sub-programa Santo Antônio Litoral	
		Sub-programa Cacupé	
		Sub-programa Lagoa da Conceição	
		Sub-programa Ribeirão da Ilha	
		Sub-programa Sambaqui	
		Sub-programa Costa da Lagoa	
		Sub-programa Pântano do Sul	
		Sub-programa Armação	
Políticas de espaços e equipamentos públicos	Programa interligação das redes de espaços públicos.		
	Programa qualificação e tratamento de espaços públicos		
	Programa acessibilidade aos espaços públicos		
	Programa de equipamentos para todos os centros (Serviços públicos, hospitais, escolas 2º grau e fundamental, corpo de bombeiros, cursos pré-vestibulares)		
Política de centralidade e multiculturalidade	Programa de incentivos a atividades dinamizadoras (além do turismo) (ex. Eventos, centros de eventos e convenções; Parques tecnológicos, Universidades; design moda, móveis, maricultura, logística aeroportuária, náutica, remo, atracadouros, marinas, gastronomia, reciclagens, centros de iniciativas e incubadoras de empreendimentos).	Sub-programa Canasvieiras / Cachoeira	Sapiens Parque
			Ensino Superior UNISUL no trevo para Ingleses
		Sub-programa Ingleses	Indústria do vestuário e do mobiliário
			Centro de eventos, esporte e cultura
			Porto
		Sub-programa Campeche	Parque tecnológico vinculado a logística aeroportuária
		Sub-programa Ribeirão da Ilha	Maricultura
			Gastronomia e cultura
			Náutica
		Sub-programa Santo Antonio de Lisboa	Gastronomia e cultura
			Maricultura
			Náutica
			Ensino Superior
		Sub-programa Ratones	Valor agregado na produção agrícola orgânica - produtos orgânicos

Políticas	Programas	Sub-programas	Projetos
Política de centralidade e multiculturalidade	Programa de incentivos a atividades dinamizadoras (além do turismo) (ex. Eventos, centros de eventos e convenções; Parques tecnológicos, Universidades; design, moda, móveis, maricultura, logística aeroportuária, náutica, remo, atracadouros, marinas, gastronomia, reciclagens, centros de iniciativas e incubadoras de empreendimentos).	Sub-programa Jurerê	Centralidade urbana
			Porto turístico
			Gastronomia
		Sub-programa Daniela	Esportes náuticos
		Sub-programa Lagoa da Conceição	Centro de recreação diurno e noturno
		Sub-programa Coqueiros e centralidade difundida do estreito	Centro de recreação diurno e noturno
			Gastronomia
		Sub-programa São José	Industrias
			Lazer diurno e noturno
			Comércio e serviço
			Ensino superior
			Porto turístico
		Sub-programa Palhoça	Ensino superior
			Náutica
			Esportes radicais
			Maricultura
		Sub-programa Biguaçu	Ensino superior
			Indústria pesada
			Esportes radicais
			Agricultura
			Estaleiros
		Sub-programa Governador Celso Ramos	Porto turístico
			Estaleiros
			Indústria de pesca e náutica
		Sub-programa Santo Amaro da Imperatriz	Águas termais
			Agricultura
			Esportes radicais
	Programa de habitação social coletiva ligada a centralidade	Sub-programa Banco de Terras para resolver habitação social e equipamentos comunitários	
	Programa Viver no Centro	Sub-programa habitação social na área central	
		Sub-programa de animação e espaço aberto permanente	Projeto de galerias integradas e dinamização comercial (shopping horizontal) Critério: incentivar usos mistos
			Projeto de qualificação de espaços públicos, praças integradas com galerias
			Projeto Porto de lazer e transporte
	Programa de refuncionalização do patrimônio arquitetônico		
	Programa de requalificação do aterro da Baia Sul, avaliando a construção de prédios, praça d´água, modal de transporte público		

ESTRATÉGIA 3

Pioneira em reserva de biosfera em ambiente urbano

A reserva de biosfera é um método prático de classificação do território para efeito do conceito de conservação da biodiversidade que, além disso, contém uma estratégia em rede institucional internacional coordenada pela UNESCO. Como a conservação de tal diversidade está profundamente desafiada pelo crescimento dos sistemas urbanos, mas encontra nestes outra quantidade de serviços ambientais como saúde, educação, cultura, etc. É necessário desafiar o modelo para sua transgressora aplicação aos ambientes dominantemente urbanos interpenetrados por sistemas naturais.

A Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano propõe, por tanto, uma visão inovadora da relação dos serviços ambientais, do natural ao cultural, e do cultural ao natural, que se interpenetram positivamente no território e que oferece um campo de atuação de extraordinário interesse para a renovação do urbano e a potencializar os objetivos da conservação.

No caso da ilha de Santa Catarina, a iniciativa de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano já alcançou um grau notável de fortalecimento.

Em primeiro lugar já pertence ao contexto maior da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o que assegura seu status institucional. Em especial, a UNESCO já a considerou como projeto piloto de alto interesse para avançar na linha de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano.

Este enfoque exige introduzir inovações metodológicas na governança dos serviços ambientais que as unidades de conservação oferecem aos sistemas urbanos. Ainda introduz o significado da sinergia da conservação com os serviços culturais que as cidades oferecem a um desenvolvimento humano que pretende crescentemente evitar ou diminuir sua pressão sobre a biodiversidade e a conservação das paisagens.

O enfoque concebe estratégias alternativas de manejo e articulação dos ambientes urbanos para que sejam testemunho de qualidade e sustentabilidade por sua interação benéfica com as paisagens naturais e culturais no qual estão situados.

Esta Estratégia se articula em 5 políticas:

a. Política de institucionalização da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano.

b. Política de desenvolvimento de práticas produtivas brandas.

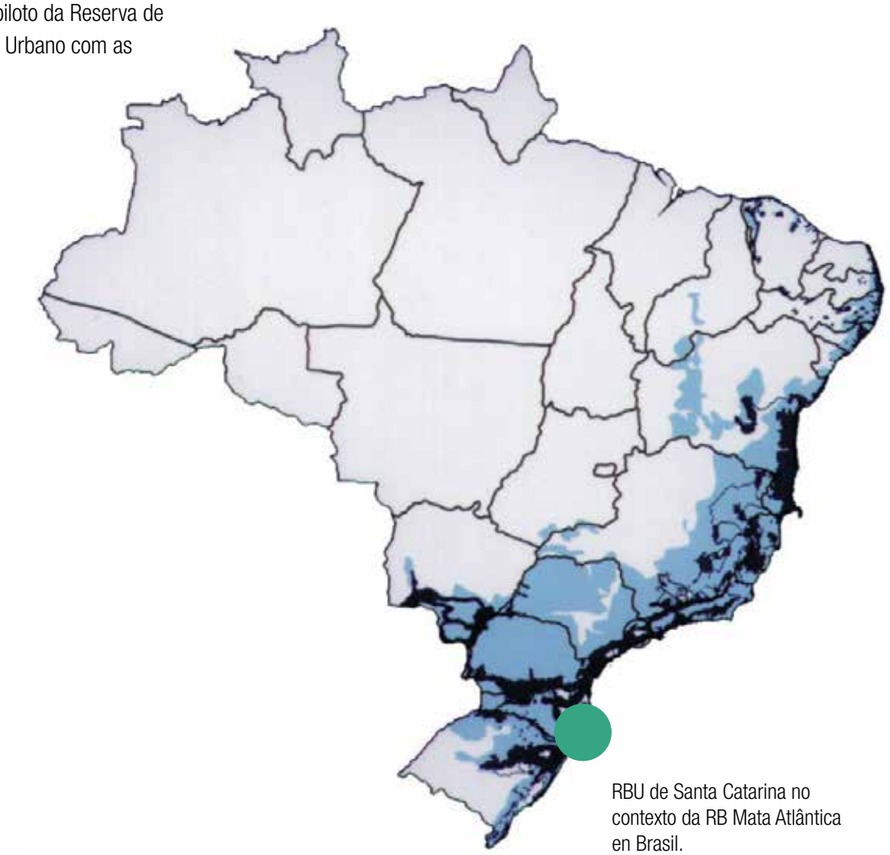
c. Políticas institucionais para a mudança do paradigma atual de desenvolvimento e consumo para a promoção da sustentabilidade.

d. Política metropolitana de gerenciamento costeiro.

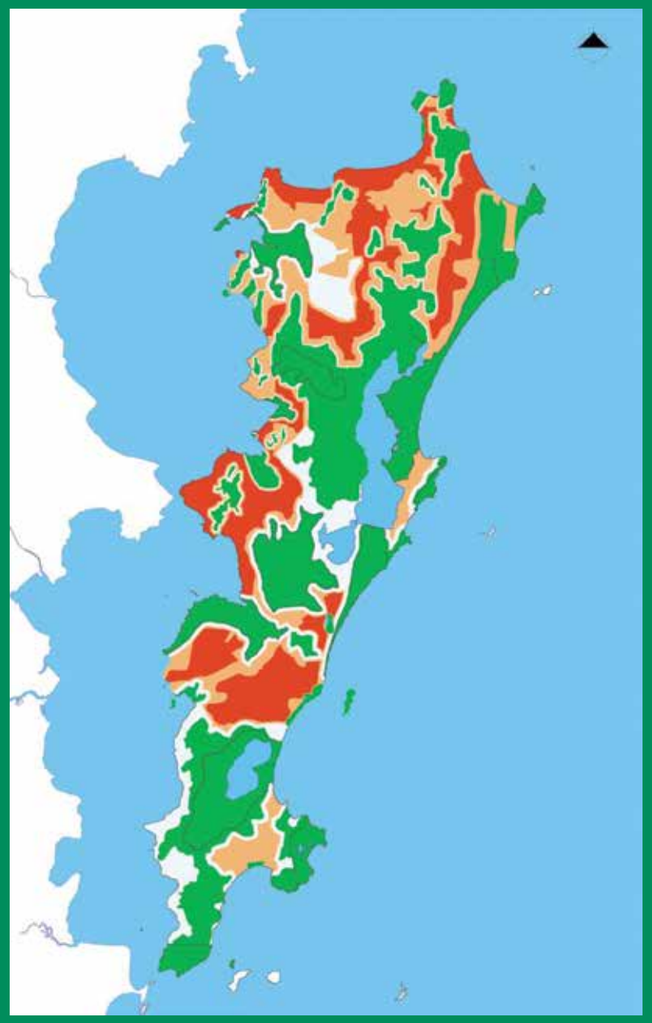
A política de institucionalização se refere ao fortalecimento de sua inclusão no marco da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do Comitê Estatal desta reserva e no funcionamento do Subcomitê específico já criado.

A política de desenvolvimento de práticas produtivas leves pretende valorizar o artesanato local e a produção gastronômica, assim como as diversas formas de patrimônio imaterial.

A política para promover a mudança de paradigma e novas modalidades de consumo tende a promover modalidades mais sustentáveis de turismo, mobilidade e urbanização. Ainda, a política metropolitana de gerenciamento costeiro põe em evidência a necessidade de articular o projeto piloto da Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano com as questões costeiras.



RBU de Santa Catarina no contexto da RB Mata Atlântica en Brasil.



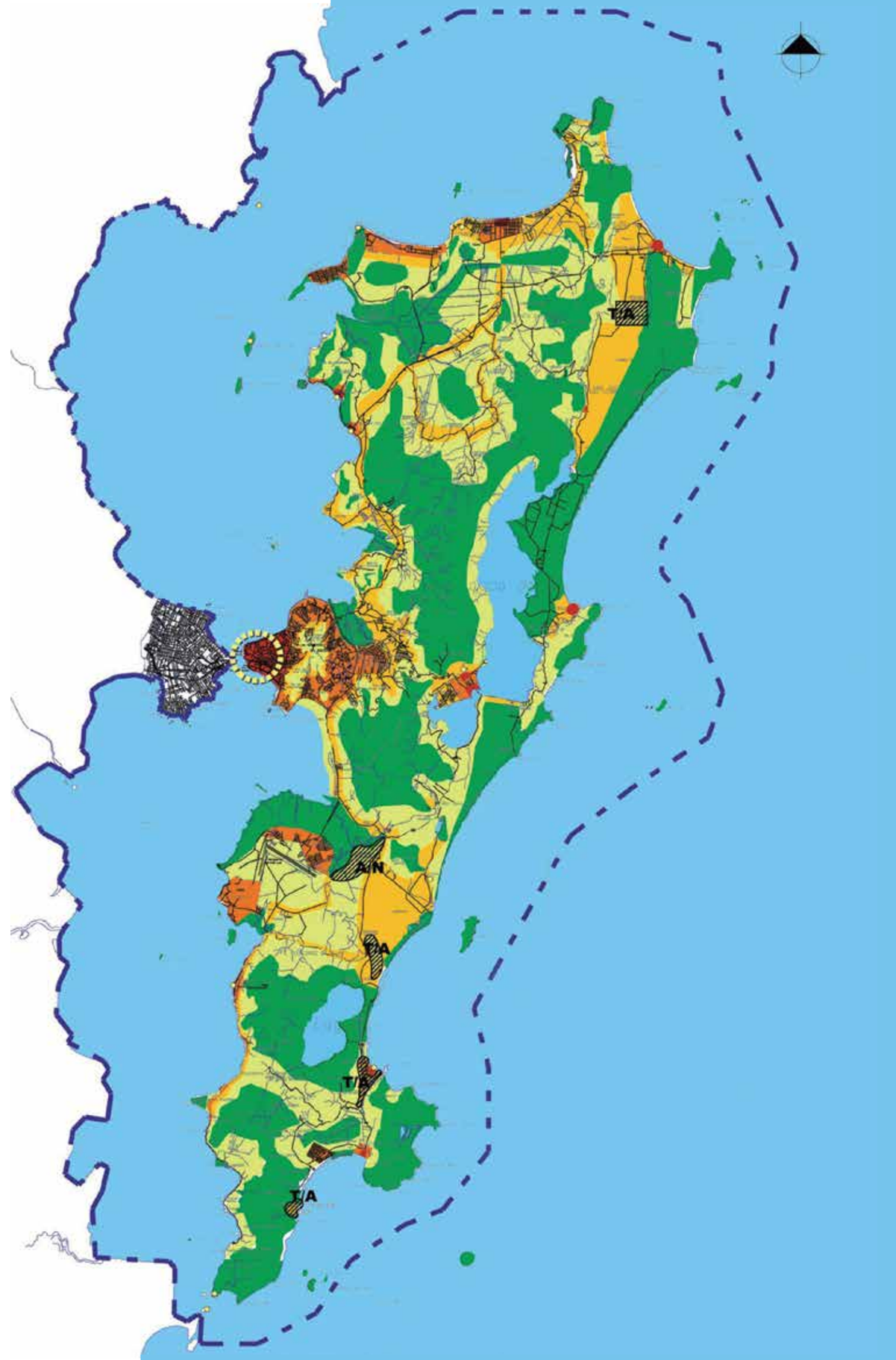
A ILHA DE SANTA CATARINA
NA RESERVA DE BIOSFERA
DA MATA ATLÂNTICA

- Zonas Núcleo
- Zonas Amortecimento
- Zonas de Transição
- Áreas da Ilha fora da zonificação da RBMA

MODELO
CONCEITUAL PERCEPTIVO
PROPOSTO (2006)

- Núcleo Integral Natural
- Lagoas
- Área marítima
- Amortecimento núcleo natural
- Área de transição
  Zonas rururbanas
- Área de amortecimento urbano
- Áreas núcleo urbano

A/N Amortecimento o Natural
T/A Transição o Amortecimento
T/N Transição o Núcleo



ESTRATÉGIA 3

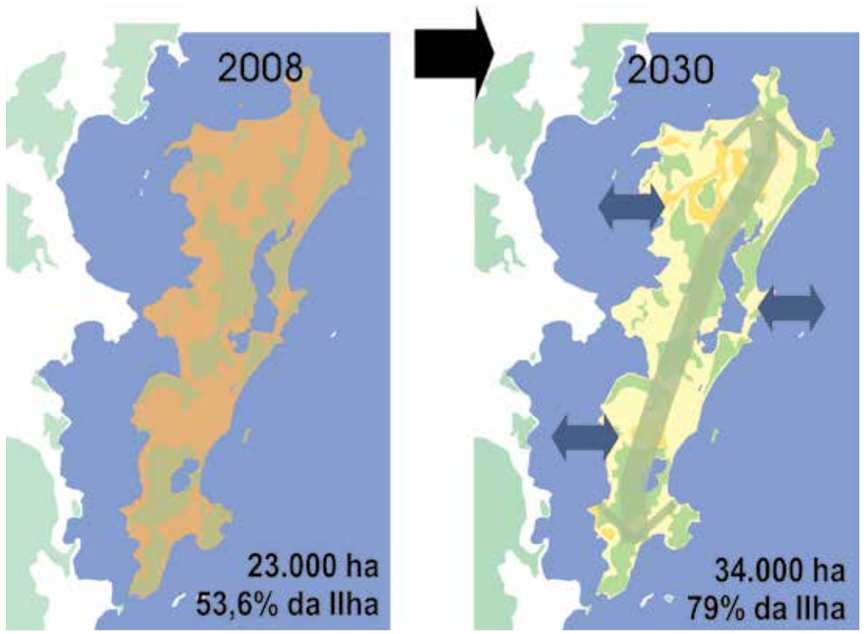
PIONEIRA EM RESERVA DA BIOSFERA URBANA

visão inovadora da relação dos serviços ambientais

Políticas	Programas	Sub-programas	Projetos
Política de institucionalização da Reserva da Biosfera Urbana	Programa de gestão compartilhada e integrada da ilha (zona núcleo) e continente (zona amortecimento)	Sub-programa estrutura da governança da RBU	
		Sub-programa de fortalecimento do Comitê Estadual da RBMA	
	Programa Patrimônio Cultural (valorização dos ciclos históricos de ocupação; valorização e proteção das paisagens e patrimônios culturais, qualificação e dinamização socioeconômica dos centros históricos)	Sub -programa de incentivos a preservação da paisagem natural e cultural (Ressarcir / incentivar os proprietários mantenedores dos espaços verdes) Redução de impostos para construções sustentáveis x onerar construções que não consideram as paisagens sustentáveis Resgate dos caminhos históricos Garantir acessibilidade às passagens	
	Programa Patrimônio Natural e Conservação da biodiversidade	Programa de gestão e monitoramento das UCs (implementação dos instrumentos de gestão regularização das UCs municipais)	Projeto inventário da flora e fauna
			Projeto conservação do patrimônio genético
			Projeto conectividade entre os ecossistemas
	Programa Água e Saneamento	Sub-programa incentivo aos municípios produtores de água (potencial e compromisso entre municípios consumidores x produtores Serviços integrados) qualicoast, eco XXI	Estudo: Avaliação de factibilidade da auto-sustentabilidade em água potável- incluir reuso de águas
	Programa de incentivos e/ou criação de entidades e centros de estudos na RBU		Projeto Laboratório de pesquisas sobre estudos de ambiente urbano e natural
			Projeto Observatório da paisagem
			Projeto aterro da via expressa sul : vitrine da cidade (Saco dos Limões)- Equipamentos ligados a cultura da cidade - museu, exposição da produção tecnológica, esportes e lazer
			Projeto banco de dados integrado
	Programa indicadores de referência para ampliação dos padrões de sustentabilidade urbana (articulação Plano Diretor de Florianópolis e Municípios da região)		

Políticas	Programas	Projetos
Política de desenvolvimento de práticas produtivas brandas (valorizar patrimônio intangível/ imaterial definição de controles e contra-partidas dos grandes empreendimentos visando preservar as iniciativas de economia branda)		
Políticas institucionais para a mudança do paradigma atual de desenvolvimento e consumo para a promoção da sustentabilidade	Programa de educação para a sustentabilidade	Projeto Centro interpretativo multimodal
		Projeto de divulgação e comunicação social
Política metropolitana de gerenciamento costeiro (Plano) (fortalecimento da estrutura institucional e aplicação dos instrumentos de gerenciamento costeiro)	Plano de manejo costeiro	Projeto orla integrando o conceito da RBU, incorporando as propostas da II Oficina de desenho urbano «Resgate da Orla»
		Projetos de recuperação e manejo de zonas estuários das baías

O gráfico seguinte põe em evidência o passo, de uma situação atual onde somente 50% da ilha é área de conservação e com marcantes descontinuidades neste mosaico ecológico; até o cenário proposto onde quase 80% da Ilha em área conservada e com importantes novidades na continuidade e contiguidade do mosaico ecológico preservado. São também bastante destacadas as questões do patrimônio cultural, a investigação e a educação para a sustentabilidade.



ESTRATÉGIA 4

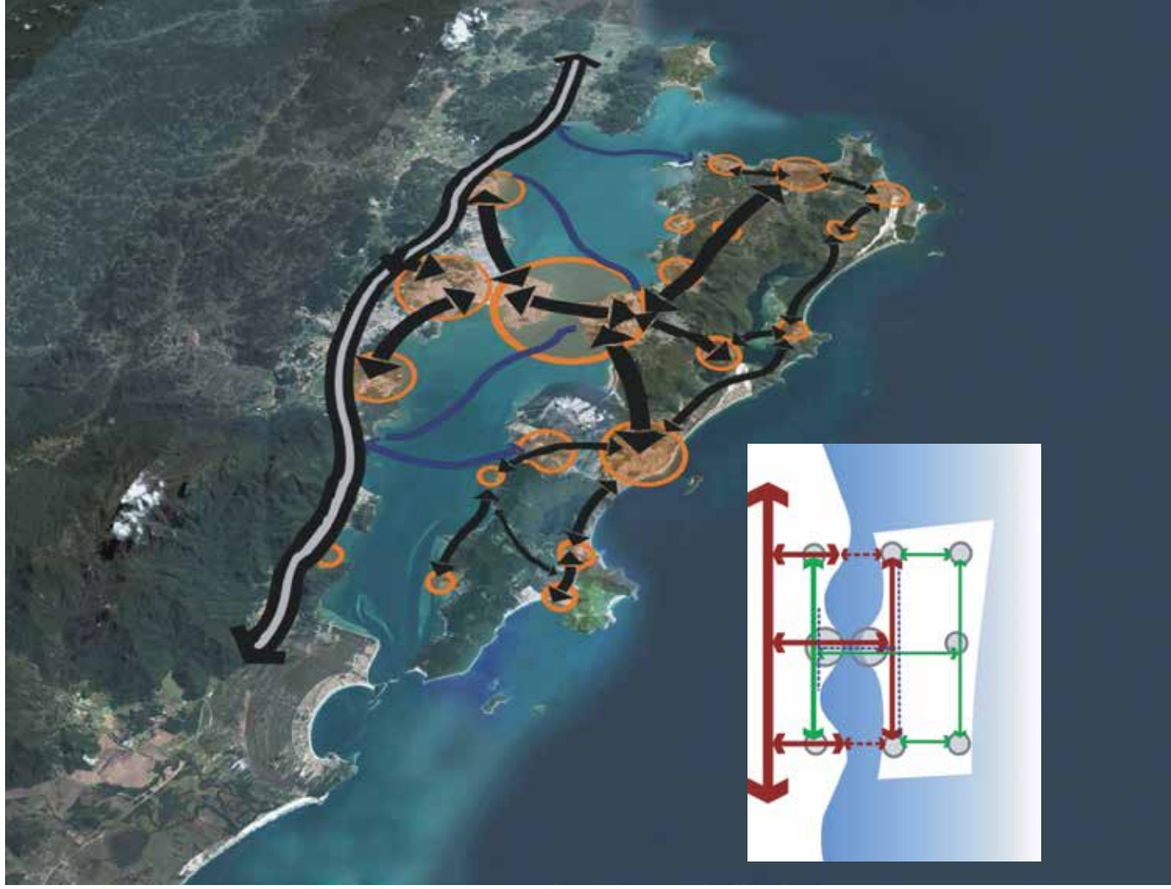
Demanda de maior mobilidade pública

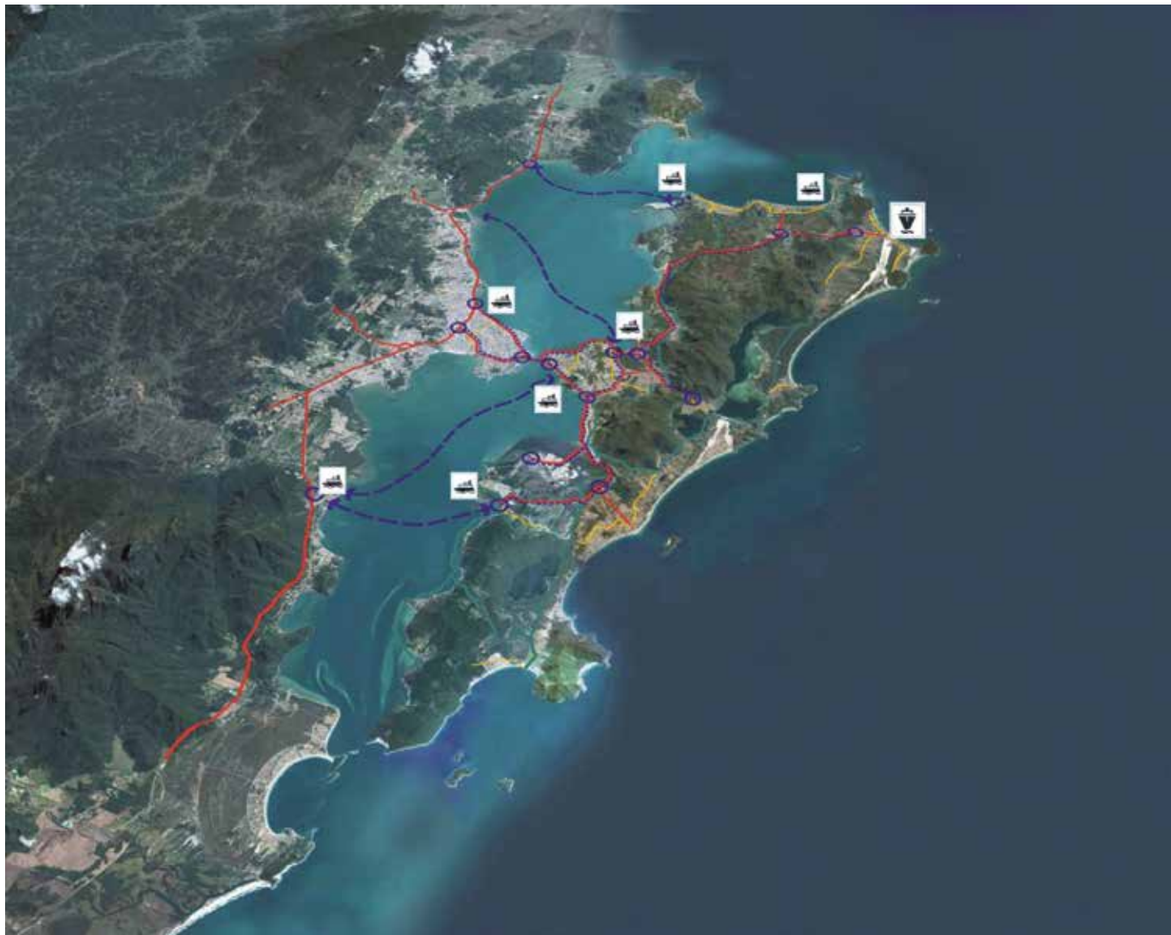
Esta estratégia expressa a vontade e a demanda por uma maior mobilidade pública, interconectando o continente com a ilha e todas as centralidades dentro desta. Atualmente os fluxos regionais passam por dentro da cidade e se dirigem à ilha por uma única ponte. Assim, desde a criação dessa ponte ocorrem congestionamentos de mobilidade e trânsito no entorno norte e sul da ilha.

A proposta participativa foi multiplicar as opções de acessibilidade e distinguir os fluxos dos distintos locais. Surge assim um modelo de duplo "H", com mais de uma ponte de ligação, ou túnel e desenvolvimento de acessibilidade náutica em vários pontos adequados para estes transbordos, e com mais eixos de mobilidade: dois paralelos às baías, um no continente e outro na ilha; e um novo traçado da estrada BR116, como via de circulação fora da área conurbada e outra conectividade de caráter paisagístico na costa leste.

É reconhecida em nível internacional a figura da rede linear tramada, como o modelo mais eficaz de conexões e descentralização e nesta região é perfeitamente possível que este modelo seja aplicado.

ESTRATÉGIA 4	DEMANDA DE MAIOR MOBILIDADE PÚBLICA interconectando o continente com a ilha e todas as centralidades dentro desta	
Políticas	Programas	Projetos
Política de mobilidade pública	Programa alternativas de transporte coletivo: capacidades, origem e destino em relação ao reforço da polinuclearidade proposta. A polinuclearidade resolve muito mais os problemas de mobilidade do que o sistema viário por si mesmo. A solução de polinúcleos ajuda diminuir movimentos e trânsito.	Projeto revisão do sistema de transporte coletivo procurando eficiência.
		Projeto de atualização dos estudos de origem e destino vinculados ao modelo.
		Projeto de integração do sistema viário focado no transporte coletivo.
		Projeto de implantação do sistema de transporte marítimo.
		Projeto de promoção de redes cicloviárias.
		Projeto de implantação de logística de transporte de carga.
		Projeto de campanha de gerência de tráfego.
	Programa de adensamento junto aos corredores de transporte coletivo.	
	Programa de integração do transporte coletivo de Florianópolis com a Região Metropolitana.	





5

INTEGRAÇÃO

ESTRATÉGIA 5

Integração dos Municípios da Grande Florianópolis

Acordos da 4ª oficina Floripa2030

ENCAMINHAMENTOS

Pacto em torno de uma agenda comum de desenvolvimento que reúna os atores do arranjo institucional local;

Grupo de mobilização da sociedade para a continuidade do processo;

Construção de um manifesto (protocolo de intenções) que será assinado por todas as entidades participantes do processo Floripa2030 e apresentado aos candidatos a prefeito;

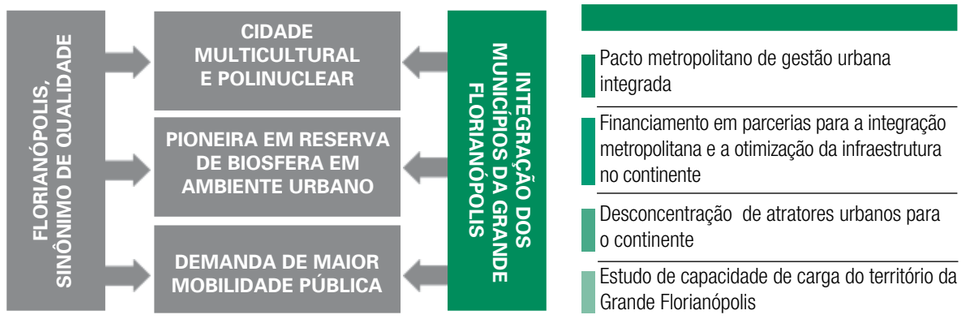
Criação de uma entidade local e depois um consórcio intermunicipal que viabilize o desenvolvimento integrado dos municípios tendo em vista as estratégias Floripa2030;

O grupo gestor das estratégias Floripa2030 fica responsável pelo desenho do consórcio com um apoio jurídico qualificado.

Construir um documento para buscar a adesão de outras entidades à iniciativa.

Diretrizes para a criação do consórcio:

- O objetivo do consórcio é a criação da agenda comum de desenvolvimento das estratégias Floripa2030 com o compromisso de que estas estratégias sejam transformadas em políticas públicas.
- Verificar a legislação para criação de consórcios intermunicipais.
- Avaliar a relação de interdependência entre os municípios.
- O consórcio poderá aderir a outros projetos que tenham princípios e afinidades com a agenda.
- A entidade local deverá ter como função a agenda de planejamento municipal de Florianópolis.



- Pacto metropolitano de gestão urbana integrada
- Financiamento em parcerias para a integração metropolitana e a otimização da infraestrutura no continente
- Desconcentração de atratores urbanos para o continente
- Estudo de capacidade de carga do território da Grande Florianópolis

JÁ TEMOS A INICIATIVA EM NOSSAS MÃOS. O QUE FAZER AGORA?

O final deste documento é talvez seu momento culminante, porque prenuncia o início do futuro.
Já foram dados alguns passos importantes neste sentido, quando na jornada de 23 de setembro de 2008 foi assinado o "Pacto Cidadão de desenvolvimento sustentável Floripa2030". Neste significativo ato, no qual culminou o processo de planejamento participativo realizado, as quase cem instituições que construíram as políticas, estratégias, programas e projetos anteriormente enunciados, firmaram seu compromisso com os resultados obtidos e se propuseram a entregar aos sete candidatos a prefeito que poucos dias depois concorreriam às eleições municipais para que também assumissem este compromisso. Foi obtido um êxito contundente quando seis destes candidatos firmaram seu compromisso e somente um o fez condicionalmente.
Um destes candidatos que se comprometeram, Dario Berger, foi eleito e eis que surge o momento de iniciar o futuro, na medida em que este compromisso se converta na inclusão destas políticas no novo plano de governo.

Nesta nova situação, seria necessário e conveniente, tal como foi expresso na estratégia 5, de integração metropolitana:

1. Convidar aos Prefeitos dos municípios da Grande Florianópolis envolvidos nesta agenda para avançar rumo a um Pacto Metropolitano que integre toda a Região.

2. Mediante este Pacto, iniciar a extensão desta agenda às peculiares necessidades destes municípios, no que concerne especialmente a uma visão de conjunto.

3. Definir um plano de ação que oriente as prioridades de implementação dos programas e projetos destas cinco estratégias e oportunamente as que surjam da integração metropolitana.

4. Desenvolver os critérios de gestão consorciada ou associada entre os municípios e as entidades públicas e privadas que têm participado até agora, de modo a gerar um sistema de gestão e implementação que faça destas iniciativas um processo real de aplicação e investimento.

Dezembro de 2008

floripa2030

2016/2008

FLORIPAMANHÃ

www.floripamanha.org